



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BEATRIZ SANTOS SIMÕES

**QUEDA DA FECUNDIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo de
caso sobre a Coreia do Sul**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2026**

BEATRIZ SANTOS SIMÕES

**QUEDA DA FECUNDIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo de
caso sobre a Coreia do Sul**

Monografia apresentada ao Departamento de
Relações Internacionais da Universidade Federal
de Sergipe como requisito para obtenção de título
de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Me. Corival Alves do
Carmo.

São Cristóvão – SE
2026

BEATRIZ SANTOS SIMÕES

**QUEDA DA FECUNDIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo de
caso sobre a Coreia do Sul**

Monografia apresentada ao Departamento de
Relações Internacionais da Universidade Federal
de Sergipe como requisito para obtenção de título
de bacharel em Relações Internacionais.

Nota: _____

Data da apresentação: _____

BANCA EXAMINADORA

Professor Me. Corival Alves do Carmo – UFS
(Orientador)

Professor Doutor Rodrigo Barros de Albuquerque - UFS
(Avaliador)

Professor Doutor Arturo Benito Hartmann Pacheco - UFS
(Avaliador)

RESUMO

A Coreia do Sul se encontra em um quadro de crise demográfica, com uma população super envelhecida e uma taxa de fecundidade total (TFT) ultrabaixa, em 0,72 (OCDE, 2024). Nesse sentido, este trabalho se propõe a pensar, a partir de um estudo de caso, a queda da fecundidade sul-coreana em um contexto histórico e socioeconômico, para então analisar o Plano Básico para a Baixa Fecundidade e Envelhecimento da Sociedade, mais especificamente sua quarta edição (2022-2025). Dessa forma, a pesquisa também realiza um recorte de gênero, buscando compreender a vivência da mulher na sociedade sul-coreana e como isso pode se relacionar com outros fatores econômicos e sociais que desencadeiam na baixa fecundidade. A intenção do trabalho é entender os tipos de medidas que recebem foco nos Planos Básicos e como a discriminação de gênero é abordada ou não nas políticas públicas referentes a baixa fecundidade.

Palavras-chave: *Coreia do Sul; Baixa fecundidade; Estudo de Caso.*

ABSTRACT

South Korea is facing a demographic crisis, with a rapidly aging population and a ultra low total fertility rate (TFR) of 0.72 (OECD, 2024). In this sense, this work aims to look, through a case study, at the fall in South Korean fertility within a historical and socioeconomic context, and then analyze the Basic Plan for Low Fertility and Aging Society, specifically its fourth edition (2022-2025). In this way, the research also takes a gender perspective, trying to understand women's experiences in South Korean society and how this might relate to other economic and social factors that lead to low fertility. The goal of the research is to understand the types of measures that get attention in the Basic Plans and how gender discrimination is addressed—or not—within public policies regarding low fertility.

Key-words: *South Korea; Low Fertility; Case Study.*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Fecundidade Total Global dos anos 1950 a 2100, segundo os relatórios World Population Prospects 2013 e 2024.

FIGURA 2 - TFT da Coreia do Sul e TFT média dos países da OCDE.

FIGURA 3 - TFT de países selecionados (EUA, Reino Unido, França, Itália, Espanha e Coreia do Sul) de 1970 a 2022.

FIGURA 4 - Coreia do Sul: composição setorial da produção, média por período* (% PIB).

FIGURA 5 - Educação superior e prioridades de vida.

FIGURA 6 - Recorte da tabela “Total Fertility Rates and Age-Specific Fertility Rates for city, county, and district”.

FIGURA 7 - Divisões administrativas das sete maiores cidades da Coreia do Sul.

FIGURA 8 - Proporção de homens entre as pessoas ocupadas, por região e porte da empresa.

FIGURA 9 - Número de pessoas que tiram licenças parentais.

FIGURA 10 - Mudanças no índice de dependência de 1960 a 2100.

FIGURA 11 - Tendências da população em idade escolar.

FIGURA 12 - Estabelecimentos de creches públicas e no local de trabalho.

FIGURA 13 – Participação na força de trabalho por gênero e idade.

FIGURA 14 - Número de casos de filmagem ilegal, prisões e vítimas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1: TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NA COREIA DO SUL	11
CAPÍTULO 2: ENTRE ANÁLISES E POLÍTICAS PÚBLICAS	22
2.1. AS PRINCIPAIS CAUSAS DA BAIXA FECUNDIDADE	22
2.2. PARTICULARIDADES REGIONAIS	28
2.3. POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS: PLANOS BÁSICOS PARA A BAIXA FECUNDIDADE E ENVELHECIMENTO DA SOCIEDADE.....	32
2.4. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DAS POLÍTICAS ADOTADAS AO LONGO DOS ANOS.....	39
CAPÍTULO 3: DESIGUALDADE DE GÊNERO E OS LIMITES DAS POLÍTICAS PRÓ-NATALISTAS	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

Devido ao desenvolvimento tecnológico e econômico, com destaque para a área de medicina, é comum que o advento de tratamentos médicos, contraceptivos e infraestrutura proporcione não só o prolongamento da vida das pessoas, mas uma menor mortalidade. Na medida em que isso acontece, verifica-se o processo de transição demográfica, isto é, diminui-se o número de filhos e aumenta o número de idosos. De acordo com as Nações Unidas (2025) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (s/d), é necessária uma taxa total de fecundidade¹ (TFT) em 2.1. O cálculo realizado consiste no entendimento de que cada casal deveria ter pelo menos dois filhos para “substituí-los” e o decimal diz respeito à possibilidade de mortalidade infantil.

O declínio da taxa de fecundidade e da República da Coreia acontece de forma constante, desde a implementação de políticas de controle natalista ainda na década de 1960. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, essa taxa nada mais é do que um cálculo do número médio de filhos que uma mulher teria durante sua idade fértil, entre 15 e 46 anos de idade e que, no caso sul-coreano, se encontra em 0,72, pelos cálculos da OCDE (2024). Não apenas isso, mas o número de pessoas de meia idade e idosas cresceu ao longo dos anos, chegando hoje a mais de 20% da população total, contribuindo para a classificação de uma sociedade super envelhecida.

Isso posto, as projeções da OCDE afirmam que no ano de 2082 a razão de dependência de idosos (pessoas 65+ anos) por jovens deve ser de 155%, passando de 50% de toda a população sul-coreana (OCDE, 2025, p.7). Os impactos desse quadro de crise demográfica são variados, como por exemplo o impacto econômico - haverá uma parcela menor de pessoas economicamente ativas, o que interfere no custo de vida e nos sistemas de seguridade social, sustentado pelos impostos. Nesse sentido, recentemente, foi aprovado o primeiro aumento da contribuição tributária para o fundo de pensões desde a criação do fundo de pensões, em 1988 (Yi, 2025). Há, ainda, o impacto direto nas forças de defesa do país, que se encontram abaixo do número mínimo necessário para defesa em caso de uma invasão do seu país vizinho, a República Popular Democrática da Coreia (Koh, 2025).

Assim como prevê-se um provável impacto social, que deve ser considerado a partir de questões como a crescente precarização dos empregos em um mercado de trabalho dualizado, maior número de idosos aposentados em ocupações secundárias e conflitos geracionais, na

¹ Em inglês, *Total Fertility Rate* (TFR).

medida em que mais empregos regulares não são gerados e o peso recai sobre a juventude. Não sem motivos, o Quarto Plano Básico sobre Baixa Fecundidade e Envelhecimento da Sociedade, a ser tratado com mais detalhes ao longo da pesquisa, se propõe a “criar uma sociedade sustentável na qual todas as gerações sejam felizes juntas” (Coreia do Sul, 2021).

Portanto, o trabalho se justifica, primeiramente, pelo caso extremo e em difícil recuperação que ocorre no território sul-coreano, cujas perspectivas são também alarmantes; não sem motivo, o quadro já é tratado como uma “emergência nacional” por autoridades políticas (Kim, 2024). Nesse sentido, acredita-se na importância em analisar o quadro enquanto uma intersecção de diversos fatores sociais, que nem sempre são contemplados em sua complexidade pelas políticas públicas desenvolvidas. Em vista disso, a pergunta norteadora da pesquisa consiste em pensar, em vista da queda persistente de fecundidade, como as políticas públicas estão abordando os fatores relacionados à crise. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo examinar a crise demográfica da Coreia do Sul, no que diz respeito à baixa fecundidade, e quais fatores sociais, econômicos e culturais são abordados nas políticas públicas.

No presente trabalho foi adotada uma abordagem principalmente qualitativa e analítica, na busca pela compreensão pelos principais fatores sociais, econômicos e culturais que propulsionam a persistência do quadro de baixa fecundidade no país. Nesse sentido, o estudo de caso enquanto metodologia, por entender que é uma forma adequada para se analisar esses diferentes fatores relacionados especificamente ao fenômeno neste local (Ventura, 2007). O estudo de caso proporciona uma visão focada para entender como o fenômeno se entrelaça a características próprias da sociedade sul-coreana e as políticas públicas que os respectivos governos do país desenvolveram. Dessa forma, apesar de ser possível realizar um estudo de caso múltiplo, comparando por exemplo com outros países do Leste Asiático que também passam pela crise demográfica, escolhe-se trabalhar especificamente com o quadro sul-coreano de baixa fecundidade.

Assim, a unidade de análise se constitui no Estado sul-coreano enquanto tomador de decisões em forma de políticas públicas, mais precisamente do Plano Básico sobre Baixa Fecundidade e Envelhecimento Populacional, e a população do país enquanto sociedade que expressa essa crise devido a dimensões sociais, culturais e econômicas, sendo então um estudo de caso holístico. Dessa forma, como mencionado acima, compreende-se que a baixa fecundidade na Coreia envolve questões econômicas, como o custo de vida e custos de criação de filhos (OCDE, 2019; Seongeun, Tertilt, Yum, 2024) mas também questões sociais e culturais,

como a desigualdade de gênero, dualismo no mercado de trabalho, transmissão intergeracional de valores.

Dessa forma, parte-se da hipótese de que as políticas públicas desenvolvidas pelo governo sul-coreano nas últimas décadas poderiam desenvolver medidas mais efetivas no combate à discriminação de gênero, uma das dimensões do quadro de crise demográfica. Logo, há espaço para melhorar o combate à discriminação, seja no âmbito público ou privado, já que esta contribui para a manutenção de papéis tradicionais que impactam na tomada de decisão da mulher em relação a sua fecundidade. No caso, no país ainda é esperado que a mulher se afaste do mercado de trabalho diante a maternidade, gerando uma “penalidade pela maternidade”, pois sua carreira e salários são colocadas em segundo plano devido à dificuldade em conciliar trabalho e família, tendo a carreira masculina prioridade para se desenvolver.

Nesse sentido, no Capítulo 1 deste trabalho será desenvolvida uma breve abordagem histórica com intuito de contextualizar o fenômeno da baixa fecundidade no mundo ao longo de processos históricos e econômicos, desencadeando para uma caracterização do fenômeno na Coreia do Sul. Nesta etapa, produções acadêmicas, governamentais e de organizações internacionais – principalmente relatórios da OCDE e publicações da ONU – constituirão as fontes para uma comparação das análises já realizadas sobre o quadro de baixa fecundidade.

No Capítulo 2 pretende-se focar na investigação bibliográfica, em busca de análises quantitativas e qualitativas previamente realizadas no intuito de entender os fatores principais apontados previamente sobre a crise demográfica sul-coreana. Ainda neste capítulo, será realizada uma análise das políticas públicas aplicadas pelos respectivos governos do país ao longo de vinte anos, com foco nos planos básicos, especificamente no Quarto Plano (2022-2025). Os documentos referentes aos planos, assim como outros relatórios realizados ou publicados por sites oficiais de ministérios do governo sul-coreano, estão disponíveis online. Estes estão disponíveis no idioma do país, sendo necessário o uso de ferramentas de tradução, a dizer a plataforma de tradução Deep L, o Google Tradutor e o dicionário Naver (coreano-inglês).

Para o Capítulo 3, o trabalho se dedicará a um recorte de gênero sobre as dimensões econômicas e sociais da Coreia do Sul, que foram apontadas como fatores para escolha de ter ou não filhos. Nesse ponto, pretende-se abordar as perspectivas de vida das mulheres, com destaque para empregabilidade no mercado de trabalho dualista, custo de vida e discriminação de gênero. Em vista disso, serão utilizadas pesquisas acerca da juventude e sobre as vivências da mulher sul-coreana enquanto parte qualitativa e, como apoio quantitativo de dados, se recorrerá às estatísticas demográficas disponíveis, em inglês, no site governamental KOSIS

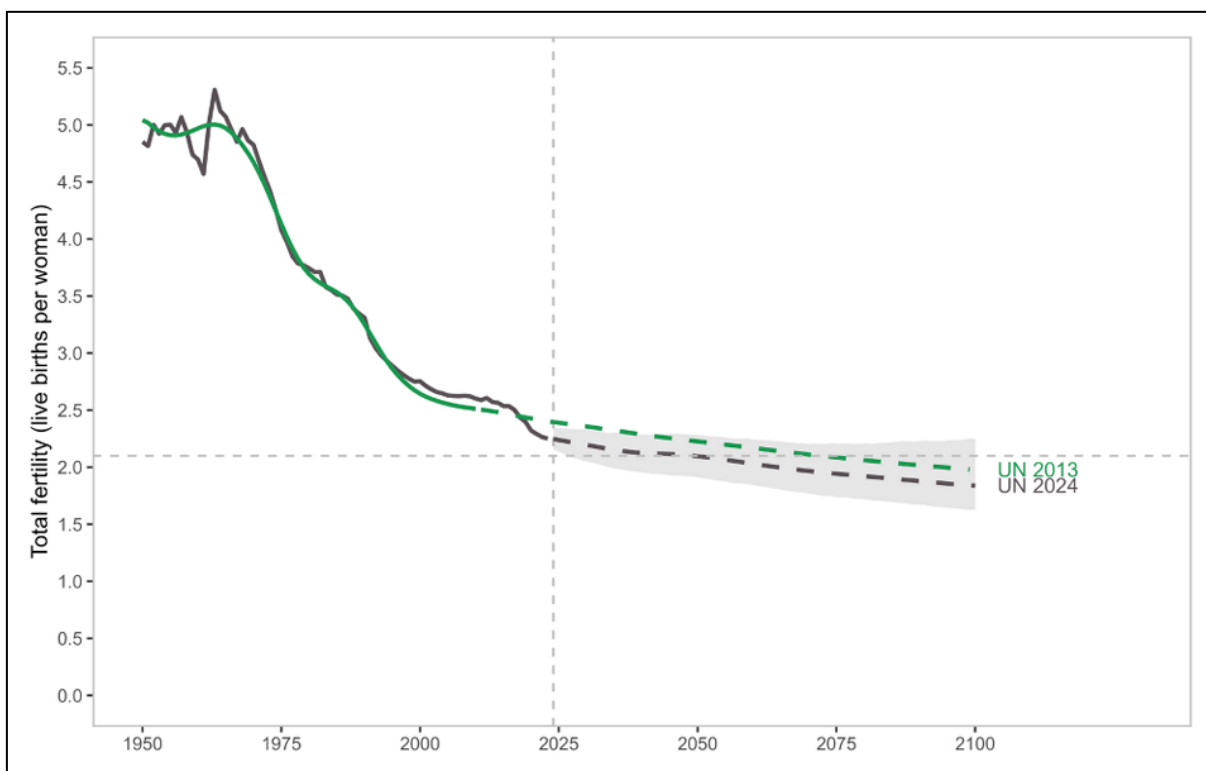
(Korean Statistics Informational Service). Após este quadro analítico do estudo de caso, o trabalho se encaminhará para a Conclusão.

CAPÍTULO 1: TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NA COREIA DO SUL

O processo de transição demográfica é comum a todas as populações (Nações Unidas, 2025), caracterizando-se pela alteração no formato da pirâmide populacional. Isto é, há uma diminuição na taxa de mortalidade, devido às melhores condições sanitárias e avanços na medicina, ocorrendo ainda a queda na taxa de natalidade, devido a fatores como: a popularização de métodos contraceptivos, planejamento familiar, presença da mulher no mercado de trabalho e a mudança nas normas sociais quanto ao tamanho ideal de família.

Cada país encontra-se em um estágio diferente desse processo, tendo os países tradicionalmente entendidos como desenvolvidos na América do Norte e na Europa sido pioneiros desse cenário. Análises e dados atuais mostram que a tendência de diminuição da TFT (taxa de fecundidade total) é global, já que 131 dos 237 países e territórios analisados pelas Nações Unidas reportam uma TFT menor que 2.1. Inclusive, mostra-se mais acentuada do que esperado inicialmente, como é possível averiguar no seguinte gráfico (Figura 1) divulgado no relatório World Fertility 2024, das Nações Unidas (2025).

FIGURA 1 - Fecundidade Total Global dos anos 1950 a 2100, segundo os relatórios World Population Prospects 2013 e 2024



Fonte: Nações Unidas, 2025, p.3.

Nesse gráfico estão representadas as estimativas referentes ao período de 1950 a 2100, sendo a linha verde correspondente ao que foi previamente calculado documento World Population Prospects em 2013 e a linha cinza às estimativas divulgadas no relatório de 2024. A linha pontilhada horizontal corresponde a TFT de 2.1, taxa considerada ideal para a reposição populacional. A TFT, de maneira simplificada, é o número médio de filhos que uma mulher teria durante a sua idade fértil, a dizer dos 15 aos 49 anos de idade (OECD Data); já a taxa de natalidade indica o número de nascimentos vivos por cada 1000 habitantes.

Para as Nações Unidas, e outras instituições, como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico²), é necessário que um país mantenha uma taxa de fecundidade mínima de 2.1, considerando a taxa de mortalidade mínima e o saldo migratório, para que a taxa populacional seja estável (OECD Data). A estimativa é feita a partir da previsão de que, em teoria, um casal deveria ter dois filhos para “substituí-los”, porém, devido a ocorrências de mortalidade infantil, o nível de reposição deve ser um pouco acima de 2, se tornando 2.1.

Para as Nações Unidas (2025), dois processos são importantes para entender a transição de fecundidade que ocorre nos países, em primeiro lugar, a transição de uma economia agrária para uma economia industrial e pós-industrial. Neste cenário, é preciso compreender que não se faz mais necessário um grande contingente familiar para o trabalho em plantações e colheitas.

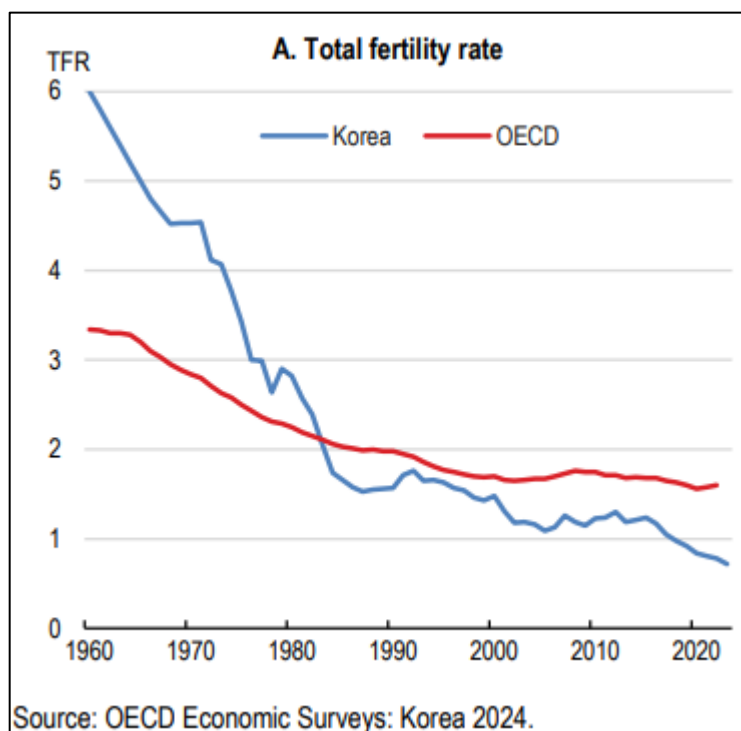
Ao mesmo tempo, a mortalidade infantil diminui, devido aos avanços mencionados de infraestrutura e atendimento médico, se tornando necessário que os pais invistam na criação dos filhos no longo prazo. A outra questão, igualmente importante e concomitante, é a mudança nas expectativas e comportamentos sociais quanto ao tamanho familiar e uso de métodos contraceptivos

Em vista disso, as Nações Unidas (2025) verificam uma diminuição da TFT desde o século passado, com a taxa partindo de 4.8 na década de 1950 até chegar à estimativa de 2.2 em 2024, com previsões para alcançar 1.8 até o ano de 2100, abaixo da taxa de reposição populacional. Houve, então, uma queda maior do que previsto em 2013, ano em que se estimava uma TFT global de 2.4, conforme ilustrado na Figura 1. No relatório, aponta-se como fatores importantes para essa alteração questões como países terem apresentado uma queda na TFT maior do que esperado – caso da China –, quedas nas taxas de países subsaarianos e outras tendências recentes.

² Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD, sigla em inglês).

Dentre os países associados à OCDE, a média das taxas de fecundidade é 1.43, sendo Israel o lugar que se destaca com a maior TFT, com taxa de 2.83; e o país com a menor taxa sendo a Coreia do Sul, que atingiu o número de 0.72 em 2023 após constantes períodos de queda (OCDE, 2025). A partir desses dados, verifica-se que o declínio da taxa de fecundidade, e da natalidade, na Coreia do Sul tem acontecido de forma rápida, mais rápida do que a média dos demais países da OCDE, como mostrado no gráfico abaixo. (Figura 2).

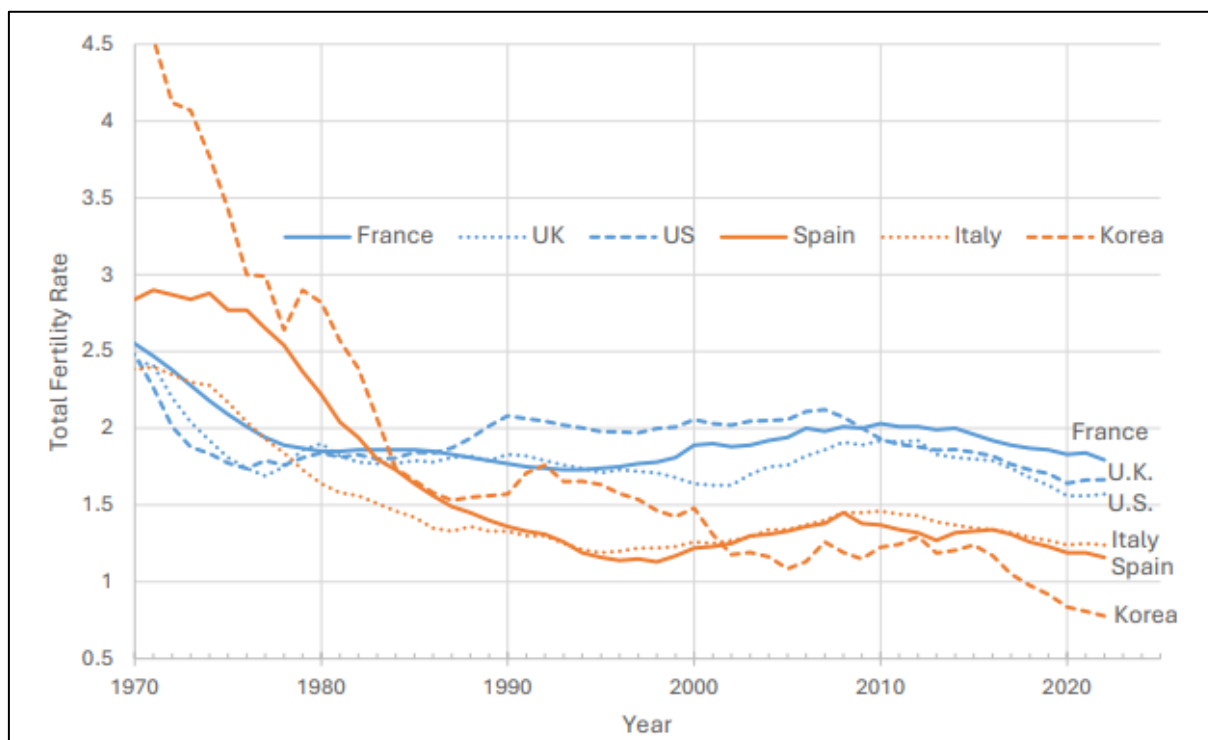
FIGURA 2 - TFT da Coreia do Sul e TFT média dos países da OCDE.



Fonte: Korea's Unborn Future: understanding low-fertility trends (OCDE, 2025, p.24).

Além da República da Coreia, outros vinte e quatro países, como China e Itália também se encontram na era da fecundidade ultrabaixa e, nas projeções da Nações Unidas, é improvável a reversão deste quadro nas próximas três décadas (Nações Unidas, 2024). Países como Estados Unidos, Reino Unido e França encontram-se com TFT abaixo da estimativa de reposição (TFT 2.1) desde a década de 1980 (Goldin, 2025), dados verificáveis no gráfico abaixo (Figura 3). Outros países do Leste Asiático também se encontram com uma TFT baixíssima: Japão e China com 1.2 e Singapura com 1.0. A explicação pode ser encontrada em fatores tais como o adiamento na idade de casamento, o aumento da escolaridade das mulheres e da presença feminina no mercado de trabalho, e sua dificuldade em conciliar carreira e família, fatores também associados à Coreia do Sul.

FIGURA 3 - TFT de países selecionados (EUA, Reino Unido, França, Itália, Espanha e Coreia do Sul) de 1970 a 2022.



Fonte: The downside of fertility. (GOLDIN, 2025, p.28).

Claudia Goldin (2025) aponta que a diminuição da TFT acontece de forma persistente em países tradicionalmente considerados como “desenvolvidos”. Para a economista, países que vivenciaram uma estagnação econômica e depois uma época de desenvolvimento nas décadas de 1950, 1960 e 1970 tiveram uma queda mais abrupta na fecundidade do que países que tiveram uma economia mais estável após a II Guerra Mundial. Dessa forma, para sua análise, Goldin aponta Dinamarca, França, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos como países que tiveram uma TFT atualmente baixa, mas constante, e os países Grécia, Itália, Japão, Coreia do Sul, Portugal e Espanha estariam em níveis ultrabaixos de TFT (1.3.>).

Nesse sentido, como apontado pelo relatório das Nações Unidas (2025), o desenvolvimento econômico de um país e a mudança na ordem de comportamento e ideias circulantes em sociedade são fatores-chave para entender a transição de fecundidade de cada lugar. Questões tais como a participação feminina no mercado de trabalho, uso de métodos contraceptivos, acesso à educação, adiamento da idade do casamento, custos de vida e de criação de filhos. Por exemplo, Goldin (2025) traz evidências para a discussão sobre o papel da emancipação feminina, a partir do uso de métodos contraceptivos e do acesso à educação, e do

descompasso entre as expectativas de vivência de homens e mulheres. No caso, haveria um *mismatch* entre homens com uma mentalidade voltada ao casamento tradicional, em termos de divisões clássicas de papel de gênero, e mulheres que investiram em sua educação, carreira e preferem divisões igualitárias de papéis, de modo a preservar suas carreiras.

Nesse sentido, para a pesquisadora, os países que passaram por um processo acelerado de desenvolvimento se veriam no cenário em que os homens estariam mais apegados a esses modelos tradicionais de união. Esse apego se daria precisamente porque eles se beneficiam da divisão tradicional de tarefas, na qual as tarefas domésticas - a dizer, o cuidado e limpeza do lar, criação dos filhos e mesmo cuidado dos idosos em diversas culturas - recaem sobre as mulheres da família. Assim, em processos acelerados de desenvolvimentos, a mudança em costumes tradicionais seria mais lenta para os homens, que se beneficiam da divisão tradicional, do que para as mulheres, que passam a encarar uma expectativa de carga mais do que dobrada de trabalho: sua educação, carreira e manutenção de tarefas domésticas.

Em relação ao desenvolvimento econômico, a República da Coreia é considerada um bem-sucedido caso de desenvolvimento econômico tardio, passando de uma economia agrária na década de 1950 para uma economia de grandes empresas de tecnologia no século XXI. O país viveu tensos cenários políticos ao longo do século XX, enfrentando a ocupação e colonização japonesa em seu território de 1910 a 1945, período em que os ganhos econômicos das suas forças produtivas eram desviados para o império japonês. Poucos anos após a libertação da Coreia, o país iniciou uma guerra civil, com conflitos constantes entre 1950 e 1953, dando continuidade ao estado de violência e pobreza para grande parte da sua população. Como a guerra não se desencadeou em um tratado de paz, hoje a Coreia se divide entre República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e República da Coreia (Coreia do Sul) desde então, sendo ambos importantes territórios durante a Guerra Fria.

Após esse período, a então República da Coreia vivenciou regimes de ditadura militar até o início dos anos 1990, marcados por políticas estatais desenvolvimentistas. Em vista disto, Laplane, Ferreira e Borghi (2013) argumentam que o caso sul-coreano se deu devido a capacitação promovida pelo Estado, o qual proporcionou o desenvolvimento de grupos nacionais privados (*chaebols*) a nível internacional. Nesse sentido, conforme é apontado por Moreira e Bastos (2023), através do controle de crédito por bancos estatais, os diferentes governos sul-coreanos puniam ou premiavam empresas a partir do seu rendimento.

Laplane, Ferreira e Borghi (2013), então, apontam três fases do desenvolvimento industrial do país: década de 1960, substituição de importações a partir do desenvolvimento da indústria de bens leves, como tecidos. Em seguida, na década de 1970, estimulou-se a indústria

pesada, com continuação da estratégia de substituição de importação e com coordenação entre investimentos estatais e decisões das empresas privadas. A terceira fase teria ocorrido na década de 1980, com a reorientação da produção para o setor tecnológico; para Visentini, Pereira e Melchionna (2015), neste período verifica-se uma política de investimentos, comércio e realocação de indústrias que proporciona uma maior inserção da Coreia do Sul no panorama asiático, principalmente em relação à China e ao Sudeste Asiático.

Em meio a este breve resumo do processo econômico sul-coreano, diversos pontos são relevantes para entender a transição de fecundidade do país. De acordo com Laplane, Ferreira e Borghi (2013), e como será ilustrado com a tabela seguinte (Figura 4), mesmo já existindo um desenvolvimento do setor industrial do país desde a década de 1960, seria na década de 1980, com a desenvoltura do setor tecnológico, que a indústria supera a produção do setor agrícola. Uma observação que os autores trazem sobre essa questão é sobre a contenção da migração da população das áreas rurais para as cidades, que apenas se dá nessa fase mais avançada da industrialização.

FIGURA 4 - Coreia do Sul: composição setorial da produção, média por período* (% PIB)

	1953-1961	1962-1970	1971-1980	1981-1993	1994-2006
Agricultura	37,0	34,5	24,8	11,5	4,8
Indústria	16,4	20,5	30,9	40,2	39,0
Serviços	46,6	45,0	44,3	48,3	56,2
Total	100,	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: WDI.
* A partir de 1960.

Fonte: Laplane, Ferreira e Borghi (2013, p. 502).

Apontamos especificamente para esse momento, pois em 1983 o país atinge pela primeira vez uma TFT menor que o número de reposição ($2.1 <$), constando 2.06 (OECD Fertility Rates, 2024). Conforme Cho (2021), este seria o primeiro momento de queda significativa da TFT da Coreia do Sul e a autora justifica o acontecido pelas políticas de regulação de natalidade empregadas pelo governo, acesso a métodos contraceptivos e normalização de famílias menores. Ou seja, verifica-se os dois fatores previamente apontados pelas Nações Unidas: transição econômica e mudança nas normas sociais.

No documento “An overview of population control policies in Korea”, do Korean Institute for Health & Social Affairs (KIHASA) de 1991, é possível verificar uma linha do tempo acerca das medidas adotadas pelos respectivos governos sul-coreanos em termos de

controle de natalidade e planejamento familiar. Neste relatório, afere-se que políticas de planejamento familiar foram implementadas desde 1962, promovendo um número menor de filhos por família e posteriormente procurando também enfrentar a tradicional preferência por filhos homens, o que levava muitos casais a continuarem tendo filhos até que nascesse um menino. Métodos contraceptivos reversíveis e definitivos foram viabilizados através de programas governamentais, como esterilização e inserção de Dispositivos Intrauterinos, assim como promoveu-se a isenção de impostos priorizando famílias com poucos filhos.

Esse conjunto de políticas públicas deve ser entendido em consonância ao contexto de êxodo rural pelo qual passou a população. No relatório da OCDE intitulado “Korea’s unborn future”, de 2025, os autores, para além das medidas desenvolvidas pelo Estado, apontam que há questionamentos hoje sobre mudanças induzidas “de cima para baixo”, pois haveria um desejo da própria população por planejamento familiar e controle de natalidade, o que mostra uma alteração nos valores sociais. Outro ponto é que teria sido a partir desses momentos em que o trabalho ganhou prioridade em relação à família (Choi *et al*, 2024).

Além disso, os autores do relatório da OCDE (2025) apontam que todos esses anos de políticas de planejamento familiar podem ter influenciado as pessoas a primeiro, preferirem ter até dois filhos e, segundo, a valorizarem mais o trabalho do que a família. Esta afirmação pode ser entendida a partir de análise das políticas elencadas no documento da KIHASA (1991) mencionado anteriormente, já que em 1982 adotou-se isenção fiscal para subsídios educacionais para até dois filhos assim como um incentivo financeiro para esterilização de pessoas com até dois filhos.

A próxima “queda dramática” (Cho, 2021) acontece em 2001, quando a TFT alcança o número de 1.3 e, para as Nações Unidas, uma taxa de fecundidade igual ou abaixo de 1.3 nascimentos por mulher é considerada um quadro de fecundidade ultra-baixa (Nações Unidas, 2024). Foi um ano marcante também relação à queda no número de nascimentos, pois entre 1983 e 2000, registrou-se constantemente 600 mil, enquanto a partir de 2001, caiu para 400 mil nascimentos; para Cho (2021), esse seria um desdobramento da Crise Financeira de 1997, que teria provocado o adiamento na idade do primeiro casamento e do primeiro filho.

Diante disso, no ano de 2006 foi implementado o primeiro Plano Básico sobre Baixa Fecundidade e Envelhecimento da Sociedade, cujos responsáveis estão no Comitê sobre Envelhecimento Social e Política Populacional, liderado pelo presidente do país, com participação de ministros e especialistas. Os planos nacionais desenvolvidos nesse âmbito têm sido renovados de 5 em 5 anos e, dessa forma, o 1º Plano esteve em ação até 2010, implementando medidas que pretendiam conciliar trabalho e família. As medidas iniciais

incluíram apoio financeiro para que famílias de baixa renda pudessem arcar com creche, além do reforço do direito às licenças maternidade e paternidade e de apoio financeiro no tratamento de infertilidade e assistência médica a mulheres grávidas (OCDE, 2019). O Segundo Plano (2011-2015) estabeleceu a creche sem custos para famílias de qualquer renda e o Terceiro Plano (2016-2020) pretendeu aumentar a qualidade de vida em termos de custos de moradia e educação, além de medidas que visavam integrar o mercado de trabalho a programas a serem cumpridos após o horário escolar (OCDE, 2019).

Yoo Samhyun (2022) aponta que, entre 2001 e 2019, a TFT caiu 29,8%, enquanto o número total de nascimentos caiu 45,9% nessa mesma faixa de tempo. A autora, através do método de decomposição demográfica, chega à conclusão de que há menos mulheres em idade reprodutiva, o que se dá devido a primeira queda expressiva na TFT nos anos 1980 e 1990, referindo-se a esse cenário como uma armadilha da baixa fecundidade (Lutz *et al*, 2008 *apud* Yoo, 2022). Outro ponto que a autora traz é a diminuição em 35,5% em segundos filhos, ou seja, provavelmente um novo padrão de família com apenas um filho começou a se estabelecer; esse é um entendimento comum em outros relatórios e trabalhos sobre o tema, a exemplo do relatório “Rejuvenating Korea: Policies for a Changing Society”, da OCDE (2019), que aponta também um aumento no número de mulheres que não teriam filhos

O terceiro momento alarmante de transição da fecundidade acontece em 2019, quando a Coreia do Sul se torna o primeiro país a ter menos de um nascimento por mulher, com uma TFT de 0.92, taxa que decresceu ainda mais até atingir 0.72 em 2024. A OCDE (2025) afirma que uma explicação importante para a diminuição da TFT no fim dos anos 2010 é o aumento do número de mulheres casadas sem filhos e o número de mulheres que não estão se casando – considerando que, no caso sul-coreano e de outros países, o número de filhos fora do casamento é muito baixo para afetar a TFT de maneira significativa. Contudo, o mesmo relatório frisa que os anos acometidos pela pandemia do COVID-19 tornaram difícil a interpretação dos dados, acontecendo nesses anos posteriores um efeito de “*catch up*” que proporcionou um aumento no número de nascimentos em 2025 em comparação a anos anteriores assim como uma volta à TFT de 0.8, de acordo com o governo (Kang, 2026).

Em vista do quadro aqui descrito, estima-se que até 2040 haverá uma diminuição de 2,5 milhões de sul-coreanos na força de trabalho do país, devido a diminuição no número de filhos, causando um grande impacto nas finanças públicas (OCDE, 2019). Não apenas isso, estima-se que até 2060 haverá três pessoas de 65 anos ou mais para cada jovem com menos de 20 anos, um cenário de rápido envelhecimento populacional devido a junção da baixa taxa de

fecundidade e baixa taxa de mortalidade (OCDE, 2022), assim, a perspectiva é de que a Coreia do Sul se torne a população mais velha da OCDE até 2082 (OCDE, 2023).

Para Yoo (2022), o número de nascimentos continuará a cair, devido a diminuição do número de mulheres, consequente da queda constante da TFT desde a década passada. De acordo com a autora, as políticas públicas têm se concentrado mais em proporcionar o número de casamentos e do primeiro filho, enquanto a queda no número de segundos filhos seria mais preocupante. Diante disto, calcula-se que o país tenha uma diminuição de 35% na força de trabalho, aumentando uma pressão nos trabalhadores atuantes e no governo no sustento dos sistemas de bem-estar do país, como pensões e sistemas de saúde. O relatório “*Economic surveys: Korea*” de 2024 (OCDE), prevê que os gastos do Produto Interno Bruto (PIB) com saúde cheguem a 17,4% até o ano de 2060.

Importante ressaltar que a Coreia do Sul possui um alto índice de pobreza entre idosos, constando uma taxa de pobreza de 31,1% entre as pessoas de 66 a 75 anos, a qual aumenta para 52,2% em relação a pessoas com mais de 76 anos; o relatório “*Pensions at glance*” de 2023 (OCDE) afirma que esse cenário acontece devido aos poucos benefícios que essas faixas da população acessam em termos de pensões. Não apenas isso, o documento ainda traz a informação de que as mulheres idosas são mais afetadas do que os homens, pois tiveram exercícios trabalhistas e respectivos salários muito diferentes, refletindo a histórica diferença salarial que afeta o país ainda hoje. Ou seja, em termos de análise, cenários futuros prováveis implicam em aumento do custo de vida para a população, com uma maior contribuição salarial das pessoas não idosas para os sistemas de bem-estar públicos, o que afeta ainda mais as mulheres sul-coreanas, pois o país encontra-se na maior posição em termos de desigualdade salarial entre gêneros dentre os países da OCDE e, como foi apontado, encontram-se mais vulneráveis a pobreza em idade avançada. Dados da OCDE (2024)³ mostram que a lacuna de ganhos entre gêneros na Coreia do Sul é a mais alta dentre os seus membros, sendo de 29%, maior que a média de 10,7%.

Uma outra consequência alarmante diz respeito à segurança estatal, uma questão delicada considerando o delicado equilíbrio geopolítico entre a Coreia do Sul e seu vizinho direto, a Coreia do Norte. Foi reportado que, em 2025, o número de militares diminuiu para 450.000, abaixo dos 500.000 militares considerado mínimo para a defesa do país em caso de invasão (Koh, 2025). O atual sistema de alistamento sul-coreano prevê que todos os homens

³ Para a OCDE, “A diferença salarial entre gêneros é a diferença entre os ganhos medianos dos homens e das mulheres em relação aos ganhos medianos dos homens.”. (Fonte: Gender Wage Gap, 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/data/indicators/gender-wage-gap.html>)

aptos entre 18 e 38 anos sirvam um período de 18 meses, porém, devido as circunstâncias, discute-se a necessidade de mudanças a esse modelo.

Há variadas análises sobre a constante queda na taxa de fecundidade do país, com a OCDE abordando a questão em documentos variados. Em publicação da OCDE (2022) é apontado o caráter de mudança das características da sociedade sul-coreana, como a mudança no tamanho das famílias, abordando fatores que considera impactante na escolha de ter ou não filhos. Dentre esses fatores, aponta-se o dualismo do mercado de trabalho, que afeta principalmente as mulheres, e a desigualdade nos papéis de gênero, mesmo em uma sociedade em que há notável mobilidade educacional. Os custos de criação de filhos em meio a competição educacional e dificuldade de estabelecimento financeiro da juventude também são questões contempladas.

Outra adversidade tratada é o desequilíbrio entre trabalho e vida familiar, pois mais que o dobro de mulheres trabalhadoras estão em ocupações de tempo integral de baixo pagamento (37% de mulheres em comparação a 12% de homens) assim como 30% de mulheres trabalhadoras mães ocupam empregos irregulares, enquanto 12% dos pais estão em empregos irregulares (OCDE, 2019, p.75). A cultura de trabalho na Coreia do Sul muitas vezes exige a socialização de empregados após o turno e há um constrangimento por funcionários que escolhem utilizar das licenças maternidade/paternidade – mesmo que sejam garantidas por lei – por considerar que outros teriam mais trabalho em decorrência.

A dificuldade em conciliar família e trabalho, especificamente em como isso se torna uma escolha para as mulheres, é dada mais foco em publicação de 2025 (OCDE, 2025), que entende que muitas mulheres gostariam de ter filhos ou ter mais filhos, mas há um grande custo pessoal - sacrifício da evolução de carreira, maior carga de trabalho doméstico -; e financeiro - gastos com educação da criança, questão explorada por Seongeun Kim, Michele Tertilt e Minchul Yum (2022). Esses apontamentos ressoam no relatório “Strengthening Active Labour Market Policies in Korea” (OCDE) de 2024, no qual menciona-se a “penalidade pela maternidade”, isto é, a escolha entre trabalho e construção de uma carreira e a maternidade, pois há uma diminuição de ganhos para a mãe. Os fatores de ordem sociais e econômica relacionados a diminuição da TFT serão melhor discutidos nos capítulos à frente.

Diante do exposto nesse capítulo, considera-se que não é possível compreender inteiramente o quadro de baixa fecundidade hoje na Coreia do Sul sem uma abordagem histórica e uma perspectiva de contextualização global. Mesmo assim, o país possui particularidades que interagem entre si, como a adoção de fortes políticas públicas de controle natal a partir da década de 1960, a preferência por filhos homens e o acelerado desenvolvimento econômico. A

diminuição do número de mulheres é consequência direta desses dois primeiros elementos mencionados e a supervalorização do trabalho, relegando a família, consequência das campanhas de natalidade conjuntas às medidas de fomento da economia.

Para finalizar este capítulo, é difícil idealizar uma mudança no quadro de crise demográfica nas medidas consideradas necessárias para que haja uma manutenção das forças produtivas e dos sistemas de bem-estar social. O desenvolvimento econômico do país não foi acompanhado por uma alteração nos costumes, como podemos ver pela manutenção de moldes tradicionais de divisão de tarefas domésticas e pela condição de uma moradia própria para se realizar um casamento este como condição para se ter filhos. Além disso, o modelo de trabalho e produção adotados, principalmente após a precarização das relações trabalhistas, interferem no equilíbrio de tempo dos cidadãos, tornando difícil conciliar família e emprego, logo, seria importante que se repense o regime de trabalho e a participação feminina na economia.

CAPÍTULO 2: ENTRE ANÁLISES E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. AS PRINCIPAIS CAUSAS DA BAIXA FECUNDIDADE

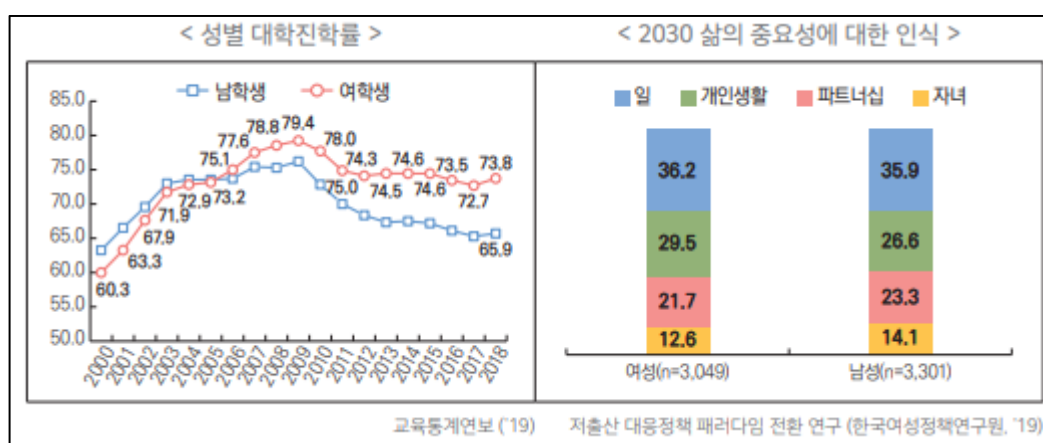
Ao longo dos anos, diversas análises foram realizadas com intuito de compreender o quadro demográfico da Coreia do Sul com abordagens variadas e objetivos distintos. Dessa forma, pesquisadores e instituições públicas e privadas se preocupam com o quadro populacional do país devido às implicações que já se fazem presentes para o mercado de trabalho e o crescimento do PIB sul-coreano. Algumas dessas perspectivas serão discutidas neste e no próximo capítulo do trabalho.

No relatório de 2019, “*Rejuvenating Korea: Policies for a Changing Society*” (OCDE, 2019), mencionado anteriormente, a OCDE analisa alguns pontos importantes sobre a baixa fecundidade e as políticas públicas que o país vem desenvolvendo. Para a organização, há uma mudança nas características da sociedade sul-coreana, considerando a mudança no tamanho das famílias, sendo uma das interferências o fato de que o casamento está deixando de ser visto como uma obrigação para ser uma escolha. Sobre esta questão, apontamos as políticas públicas de controle natal que o país implantou de 1966 a 1996, as quais podem ser conferidas no documento “*An overview of population control policies*” (KIHASA, 1991). De forma resumida, durante esse tempo, o governo objetivou diminuir a taxa de fecundidade com iniciativas como o uso de contraceptivos reversíveis e não reversíveis, terminações de gravidez e campanhas para se ter menos filhos e, ainda, combater a preferência por filhos homens.

Dentre esses fatores apresentados pela OCDE (2019), chama atenção o dualismo do mercado de trabalho e a desigualdade nos papéis de gênero. Um mercado com profunda desigualdade entre empregos regulares e irregulares afeta principalmente as mulheres, mesmo que em uma sociedade em que há notável mobilidade educacional e que consta mais mulheres frequentando o ensino superior do que homens (figura 5). Ainda, prevalecem a divisão de gênero em termos de tarefas domésticas e prioridade de carreira (OCDE, 2019). Dados de 2019 do KIHASA (*apud* Coreia do Sul, 2021) afirmam que, dos casais em que ambos marido e mulher trabalham, as esposas empregaram cerca de 181,7 minutos por semana cuidando da casa e dos filhos, já os maridos teriam gastado uma média de 32,2 minutos. Além disso, como já foi mencionado no capítulo anterior, há mais que o dobro da porcentagem de mulheres mães em empregos irregulares do que homens que são pais.

Todos esses fatores são reconhecidos no documento do Quarto Plano Básico sobre Baixa Fecundidade e Envelhecimento da Sociedade (2021-2025) (Coreia do Sul, 2021). O documento constata dois pontos importantes, já abordados neste trabalho: a dificuldade em equilibrar vida familiar e horas de trabalho, e o caráter discriminatório do mercado de trabalho. Ainda, é discutido que, embora a participação feminina na economia tenha aumentado, parte considerável dessa presença se faz a partir de empregos precários, não acobertados por nenhum sistema de seguridade social e por muitas vezes sujeitada a diferenças salariais em relação a homens. Portanto, a conclusão do documento (Coreia do Sul, 2021) é de que as mulheres acabam por postergar ou desistir de se casarem, assim como de terem filhos para conseguir “sobreviver” como trabalhadoras ou elas saem do trabalho após terem filhos. A média de mulheres na faixa dos 20 e 30 anos que afirmam se preocupar mais com o trabalho do que com filhos já é maior que a média de homens (figura 5).

FIGURA 5 - Educação superior e prioridades de vida.⁴



Fonte: Plano Básico sobre Baixa Fecundidade e Envelhecimento da Sociedade (Coreia do Sul, 2021, p20).

Sobre este assunto, no relatório “*Strengthening Active Labour Market Policies in Korea*” (OCDE, 2024) menciona-se a “*motherhood penalty*”, isto é, essa escolha entre trabalho/construção de uma carreira e a maternidade, pois há uma diminuição de ganhos para a mãe quando se escolhe ter filhos. Isso acontece, por exemplo, devido perda de oportunidades de promoção, já que o tempo dedicado a empresa e a não interrupção por licenças são pontos considerados na progressão de carreira. Desse modo, torna-se difícil para mulheres mães e responsáveis por familiares progredirem dentro de suas áreas de atuação, uma vez que é comum

⁴ Primeiro quadro: Pessoas na faixa dos 20 e 30 anos inscritas em cursos universitários; vermelho = mulheres; azul=homens. Segundo quadro: percepções de prioridade de vida de pessoas na faixa dos 20 e 30 anos; primeira fileira = mulheres; segunda fileira = homens.

que as mulheres tirem licença ou se afastem do mercado de trabalho quando do nascimento de filhos ou outras atividades de cuidado familiar.

Ainda sobre o fator “trabalho”, Taewook Kim (2023) analisa o efeito das horas trabalhadas na intenção de mulheres em ter ou não filhos. O autor conclui que mulheres que trabalham entre 35 e 45 horas por semana estariam mais inclinadas a ter filhos – deve-se considerar que o regime trabalhista coreano é de 40h semanais com até 12h extras, resultando em 52h semanais, mas que muitos relatam trabalhar acima de 55h semanais (Hijzen, Thewisse, 2020). Em seu artigo, Taewook Kim (2023) afirma que mulheres em trabalhos considerados de colarinho branco normalmente escolhem entre deixar o trabalho ou não ter filhos devido aos desafios da gravidez. Ainda, muitas mulheres grávidas possuíam graduação ou maior grau de educação, mas cerca de 70% delas encontravam-se desempregadas no momento. Nesse sentido, compreende-se que mulheres que escolhem ter filhos, mesmo que possuam educação superior, muitas vezes acabam trabalhando de forma intermitente, passando por um período de desemprego durante a gravidez e a criação dos filhos, e posteriormente ocupando funções com menos carga horária e menor remuneração.

Os custos de criação de filhos em meio à competição educacional e dificuldade de estabelecimento financeiro da juventude também são questões contempladas no relatório da OCDE (2019). No caso, há uma acirrada competição na educação, no sentido de que se compete para ter as melhores credenciais (formação, contatos) para se ter um melhor emprego, o que acaba por tornar o mercado de trabalho mais competitivo também. Ainda, os gastos familiares em educação dos filhos são altos, é apontado que os gastos com educação de 20% das pessoas mais ricas do país são vinte vezes maiores que os gastos de 20% da população mais pobre (Coreia do Sul, 2021).

Os pesquisadores Seongeun Kim, Michele Tertilt e Minchul Yum (2022) criaram um modelo de análise para entender a conexão entre os altos gastos com educação e a baixa taxa de natalidade. O status de uma boa educação, nessa perspectiva, funcionaria como um efeito colateral que implicaria no aumento do investimento dos pais em educação, a qual nem sempre tem como consequência o desenvolvimento de capital humano. No caso, os autores calculam que os gastos com educação podem chegar até 9,2% da renda familiar, o que impacta principalmente famílias de baixa renda. Nesse sentido, para alguns casais, o custo de educar uma criança é considerado tão alto que se escolhe não ter filhos ou ter poucos filhos, de modo a priorizar a educação deste (Kim, Tertilt, Yum, 2022); seria um caso de *trade off* entre quantidade e qualidade.

Kim, Tertilt e Yum (2022) encontraram em seus cálculos que políticas de transferência de renda, como as políticas de mesada por cada criança, e políticas de taxaço sobre gastos educacionais, proporcionam um aumento na quantidade de nascimentos até certo ponto e uma diminuição no gasto com o ensino. Os autores calcularam que o equilíbrio se daria com uma taxaço sobre a educação de 12% e um abono infantil de 71 dólares pagos mensalmente até a criança completar dezoito anos, mas importante frisar que o estudo mostra que esse incentivo afetaria mais famílias na faixa dos 20% mais pobres do que famílias ricas. Dessa forma, os autores entendem que a política conforme seu modelo analítico poderia incentivar a fecundidade em até 5,6%, assim como diminuir o número de casais sem filhos e diminuir o gasto com educação em até 16% (Kim, Tertilt e Yum, 2022, p.03).

No caso, as taxas sobre gastos educacionais privados agiriam principalmente sobre os “cursinhos” (*hagwons*), locais que muitos estudantes frequentam na perspectiva de melhorarem o desempenho escolar e terem mais chances de entrar em universidades valorizadas. Aplicar um imposto nesse sentido, como afirmam Kim, Tertilt e Yum (2022), elevaria o gasto com a educação privada – assim, nesse cenário, muitos casais prefeririam não arcar ou não poderiam arcar com esse tipo de educação, levando a uma preocupação a menos quanto à criação de um filho, podendo então incentivar a fecundidade. Outra consequência é que no longo prazo esses filhos teriam um capital humano menor do que, por exemplo, filhos de pais com maior poderio econômico, pois esses continuariam investindo na educação privada mesmo com taxaço - ou seja, ocorreria um aumento da desigualdade.

Interessa apontar que as políticas de incentivo à natalidade a partir de pagamentos por criança apenas acontecem até os cinco anos de idade, sendo os demais custos advindos da renda dos pais. Porém, esse tipo de política a longo prazo também leva a um aumento na desigualdade, no sentido de que a geração de pais se beneficia da renda extra e da possibilidade de consumo de outros bens, enquanto a geração de filhos se tornaria uma mão de obra menos qualificada no futuro por terem tido menos investimento educacional.

Já as análises de Jisoo Hwang (2016) e Claudia Goldin (2025) buscam compreender a relação entre a baixa fecundidade e a alta educação das mulheres, aplicada a cenários nacionais variados. Hwang (2016) explora o fenômeno de “*Gold Misses*”, a dizer, países que passaram por um rápido desenvolvimento proporcionaram oportunidades para que mulheres adentrassem o ensino superior e adiassem o casamento/ter filhos para se concentrarem no trabalho quando eram jovens. Dessa forma, o ponto seria que essas mulheres bem estabelecidas em termos de salário não veriam ganhos em se casar com homens tradicionais, que não dividam tarefas domésticas, por exemplo, existindo uma prática de escolha por formar pares com homens com

características em comum (podendo ser desde a status social, renda ou outros). Hwang (2016) afirma, então, que não há um número suficiente de homens modernos para formar pares com as “*gold misses*”, pois os valores intergeracionais de expectativa de papéis de gênero não se alteraram tão rápido como o desenvolvimento econômico do país.

Goldin (2025) também trabalha com a agência feminina enquanto fator para o declínio das taxas de fecundidade e o ponto crucial nas decisões seria a atuação dos maridos em relação a tarefas domésticas. A autora, que analisa a tendência de fecundidade nos EUA ao longo de diversas décadas, chama atenção para o fato de que políticas estatais não são necessariamente o que faz o número de nascimentos aumentar ou diminuir – é preciso entender o desejo ou não das pessoas em terem filhos. Outro ponto importante diz respeito ao estigma negativo sobre filhos fora do casamento, algo muito forte em alguns países. Seria que, quanto maior acesso à educação feminina, mulheres que seguem por esse caminho normalmente não se estabelecem em um modelo tradicional de casamento, então, como o casamento e ter filhos são entendidos como condições um do outro em algumas culturas, essas mulheres não se casam e também não têm filhos de forma independente, por não ser aceito socialmente. Assim, enquanto mulheres se beneficiam de maior agência para se negar um casamento com valores tradicionais, homens se beneficiam de uma divisão tradicional de papéis de gênero, logo, em um cenário onde há mais garantias da participação masculina, taxas de fecundidade seriam mais altas.

Sobre o que se entende como valores tradicionais, que seriam transmitidos de geração em geração, é de reconhecimento comum à influência que valores da filosofia de vida confucionista exercem ainda hoje em diversas sociedades do leste asiático, como a Coreia, China e Japão. Conforme Jimin Kim (2024), nessa visão de mundo e comportamento tem-se valores como piedade filial e lealdade a família, assim como a visão de que a mulher deve ser boa filha, esposa e mãe, sempre sujeita a um homem na família, moldando as relações de gênero e poder na sociedade. Dessa forma, o patriarcalismo modela a desigualdade de gênero, desde a desigualdade salarial – seja, pela mesma função/cargo, seja pelo fato de mulheres serem maioria em trabalhos irregulares – até no acúmulo de funções, pois mesmo com a entrada no mercado de trabalho, a mulher ainda exerce a maior parte das tarefas domésticas.

Para uma parcela dos homens sul-coreanos, principalmente jovens, os homens estariam sofrendo discriminação reversa. Ou seja, eles estariam sendo discriminados, por exemplo, por serem obrigados ao serviço militar e pela ocupação de postos de trabalhos por mulheres (Kim, 2024). Sobre isso, Lee (2025) aponta a surpreendente virada conservadora desse segmento de homens em seus 19 a 34 anos na eleição que trouxe Yoon Sukyeol à presidência. Em sua pesquisa, Lee (2025) verificou o que ela chama de sexismo moderno, isto é, esse grupo de

homens acredita que a igualdade de gênero seja importante para a democracia, mas entendem que não exista mais discriminação contra mulheres jovens na sua sociedade. Dessa forma, a insegurança quanto ao trabalho, levando a níveis de ansiedade tóxica, é um importante fator para o desenvolvimento desse tipo de pensamento (Lee, 2025).

Ainda é presente, entre homens e mulheres jovens, a expectativa de que homens sejam os provedores principais da renda familiar (Lee, 2025). Nesse sentido, há uma ansiedade também em não conseguir exercer um papel que se espera e/ou se almeja exercer – por não possuir um emprego regular. Sobre esta questão, gostaria de apontar a persistente diferença salarial entre gêneros na Coreia do Sul enquanto fator que pode dificultar às mulheres se verem enquanto contribuidoras igualitárias de uma renda familiar e, por isso, ainda esperarem que o parceiro masculino provenha.

Ao tratar dos efeitos das estruturas patriarcais, Kim (2024) discute sobre a baixa fecundidade, mais precisamente, a autora se refere aos “*marriage strike*” e “*birth strike*” como estão sendo chamados. No caso, as mulheres estariam deixando de se casar e de ter filhos como forma de “fugir de pressões tradicionais” (Kim, 2024). Para Kim (2024, p.26), “a recusa em se conformar com papéis tradicionais é uma forma de resistência contra uma sociedade que impõe demandas impossíveis às mulheres sem oferecer respeito ou apoio”. Este e outros pontos serão melhor discutidos posteriormente neste trabalho.

Para Samhyun Yoo (2022) o que chama atenção seria a queda no número de nascimentos ter sido maior nos últimos anos do que a queda da taxa de fecundidade, já que a TFT caiu 29,8% e número de nascimentos caiu 45,9% de 2001 a 2019. Isto posto, a autora aponta para o perfil etário da população feminina enquanto fator que interfere nesses números, consistindo em uma distorção de *tempo* a escolha por adiar a maternidade – constatada pelo aumento da idade média em que mulheres tem filhos para 31 anos.

Em recente publicação, Yoo (2026) também traz a diminuição no número de primeiros casamentos como fator para compreender a queda na taxa de natalidade, pois, como já mencionado anteriormente, é um país em que ter filhos relaciona-se fortemente a casamento. A partir da construção de um modelo analítico, a autora conclui que o adiamento do casamento para homens seria algo influenciado por fatores externos, por exemplo o período pandêmico, enquanto para mulheres estaria ligado a questões estruturais. No caso masculino, os dados mostram volatilidade, relacionando-se com períodos de instabilidade do mercado de trabalho ou abalo na possibilidade de casamentos internacionais, o que também revela uma tendência maior dos homens em buscar noivas estrangeiras e mais novas.

Por último, os fatores desemprego e juventude são comumente apontados como pontos a serem discutidos, já que se constata o adiamento da prática de casamento cada vez mais para a faixa dos 30 anos. Embora seja apontado que a taxa de desemprego entre jovens na Coreia do Sul seja uma das mais baixas da OCDE (OCDE, 2025) a dificuldade dos jovens em adentrar o mercado de trabalho formal é um fator principal para isso. Esse quadro relaciona-se com o alto custo de vida do país, principalmente na capital Seul, para onde os jovens são atraídos pelas oportunidades de emprego e educação de maior status.

Junto a isso, acredita-se que a dualidade do mercado de trabalho mostra uma forte divisão de gênero, com 47% de todas as trabalhadoras mulheres e 31% dos trabalhadores homens ocupando cargos irregulares; desigualdade é refletida em termos de ganhos salariais (Jones, Beom, 2022). Nesse sentido, dois apontamentos são importantes, o de que pessoas em situações de empregos irregulares se casam menos do que pessoas em empregos regulares – o que condiz com a expectativa de que o custo de vida aumente após união – e tem diminuído o número de pessoas que transitam de uma função irregular para regular (Jones, Beom, 2022), dificultando o desenvolvimento socioeconômico da juventude.

Em síntese, é possível associar o quadro de baixa número de nascimentos e baixa natalidade na Coreia do Sul a uma série de fatores relacionados. Devido ao rápido desenvolvimento econômico do país, confere-se um alto custo de vida que prejudica, principalmente jovens e idosos, principais representantes da força de trabalho insegura (Lee, 2015). Na cultura coreana, ter filhos ainda é associado ao casamento heteronormativo, o único reconhecido por lei, e, portanto, o adiamento da idade em que se casam gera o adiamento da idade em que se tem filhos (Yoo, 2026) e, consequentemente, uma janela fértil menor para o casal. Além disso, a partir de Kim, Tertilt e Yum (2022) o alto valor que a educação dos filhos tem em termos de renda e, juntamente com a reflexão de Hwang (2015) e Goldin (2025) torna-se possível pensar na transmissão intergeracional de valores, como a educação e, conforme as autoras, a preferência ou não pela manutenção de papéis de gênero.

2.2. PARTICULARIDADES REGIONAIS

No relatório de pesquisa “Condições regionais de formação familiar e implicações para taxas de natalidade extremamente baixas”⁵ (Choi *et al*), publicado em 2025 no repositório do KIHASA, foram realizados três estudos de caso para se compreender as perspectivas de

⁵ Originalmente em coreano: “가족형성의 지역적 조건과 초저출산에 대한 함의”

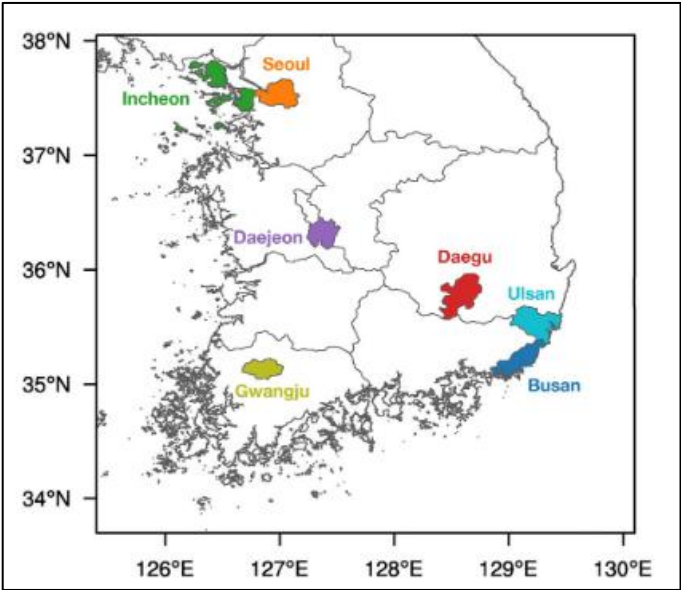
independência econômica e de formação familiar que jovens nas faixas dos 20 e 30 anos desenvolvem em determinadas condições. Foram escolhidas três regiões metropolitanas, diferentes da capital, sendo Ulsan, Daejeon e Gwangju, cada uma com suas especificidades. Nas figuras 6 e 7 a seguir, é possível conferir a TFT de cada uma sete das maiores cidades da Coreia, assim como a localização de cada uma das três escolhidas pelas autoras.

FIGURA 6 - Recorte da tabela “Total Fertility Rates and Age-Specific Fertility Rates for city, county, and district”

By si(city), gun(county) and gu(borough)	2024
	Total Fertility Rate
Whole country	0.748
Seoul	0.581
Busan	0.683
Daegu	0.754
Incheon	0.762
Gwangju	0.699
Daejeon	0.792
Ulsan	0.859

Fonte: Total Fertility Rates and Age-Specific Fertility Rates for city, county, and district (Statistics Korea, 2025).

FIGURA 7 - Divisões administrativas das sete maiores cidades da Coreia do Sul



Fonte: Kwak *et al*, 2021, p.1156.

A análise se deu sob uma perspectiva de gênero para entender as dinâmicas demográficas, como formação familiar (que está relacionada a TFT) assim como os fluxos migratórios de jovens para a região metropolitana de Seul. Nesse sentido, as autoras adotaram o conceito de patriarcado industrial, isto é, historicamente papéis de gênero foram criados e reforçados em volta de uma estrutura industrial que predomina na economia do lugar. Desta forma:

“Como resultado, a união entre o trabalhador masculino de uma grande empresa e a dona de casa, baseada nos fundamentos materiais da estabilidade no emprego e dos altos salários, consolidou-se como o “modelo familiar normal” das cidades industriais, e esse modelo familiar reforçou a discriminação de gênero sistemática nas cidades industriais”. (Choi *et al*, 2025).

As autoras (2025) apontam, então, para uma divisão neotradicionalista das tarefas domésticas, em vigência desde a adoção do modelo econômico neoliberal e da crise financeira na década de 1990. Devido à reformulação do mercado de trabalho, com as demissões em massa, contratação temporária ou terceirizada, se tornou difícil a manutenção do papel de provedor masculino, sendo financeiramente necessário que mulheres adentrassem o mercado de trabalho. Porém, mesmo com a figura feminina exercendo um trabalho, investindo na sua educação e carreira, ainda prevalece sobre sua responsabilidade as tarefas domésticas (cuidado e criação de filhos, familiares e da casa).

Sobre o primeiro caso, Ulsan, as autoras (2025) informam que foi a primeira cidade industrial planejada do país, com cerca de 1,1mi de habitantes, mas com uma grande desproporção por gênero: cerca de 100 mulheres para cada 142 homens. Ao mesmo tempo, é a região com a maior taxa de natalidade do país (TFT aproximada de 0.86, de acordo com a Statistics Korea, 2026). Há uma grande migração de jovens, principalmente mulheres, para outras regiões, considerando que, primeiro, a empregabilidade feminina em 2024 foi de 51% e que, segundo os centros administrativos e de pesquisa das indústrias pesadas e químicas da região estão se transferindo para a região metropolitana de Seul.

Há uma tradicional e reforçada preferência por contratação masculina nos altos cargos das empresas, principalmente de grandes empresas, com as mulheres confinando-se a cargos administrativos e temporários. Assim, o relatório (Choi *et al*, 2025) enxerga que o casamento como estratégia de reprodução de classe, procura-se parear homens com boa renda com mulheres cujos pais têm uma boa renda, mas que hoje existe uma lacuna geracional devido a menos contratações fixas.

De modo geral, compreende-se que há uma conveniência em se manter um modelo tradicional de família, que favorece um modelo onde a mulher se afaste do mercado de trabalho durante parto e criação de filhos e, caso volte, retorne em posições de emprego com menos horas, mais flexibilidade e portanto menor salário. O custo de moradia e a proximidade dos pais enquanto rede de apoio, são fatores que colaboram na manutenção de uma alta TFT, mas que limita o desenvolvimento de carreiras femininas.

Quanto ao caso de Daejeon, a cidade tem cerca de 1,47mi de pessoas, com uma TFT de 0,7. O contexto particular desse caso analisado é estar perto da região metropolitana de Seul e ter uma concentração de funcionários públicos, autônomos e assalariados, tendo mais serviços de valor agregado do que relacionados a manufatura (Choi *et al*, 2025). A percepção dos jovens em termos de satisfação de vida é que Daejeon seria um lugar razoável de se viver, considerando os extremos (capital e áreas rurais). Muitos dos jovens entendem que o mercado de trabalho da região é instável e, por isso, muitos acabam por investir na preparação para concursos públicos; as mulheres são as que mais encontram dificuldade em ter carreiras contínuas (Choi *et al*, 2025). De forma resumida, o casamento é visto como uma forma de estabilidade em meio a tantas incertezas, por isso muitos escolhem se casar em busca de algum tipo de segurança, enquanto outros seguem em adiar o casamento até se estabelecer em um emprego (Choi *et al*, 2025).

A cidade de Gwangju possui cerca de 1,4mi de habitantes, e uma TFT de aproximadamente 0,69 (Statistics Korea, 2025). De acordo com os autores (Choi *et al*, 2025), o mercado de trabalho gira em torno de serviços, trabalhos de cuidado e empregos de baixa qualificação, que seriam diferenciados por gênero e não atrairiam os jovens, que preferem funções altamente qualificadas e com melhor remuneração. No caso, mulheres tendem a se direcionar para áreas que normalmente tem maior presença feminina, como educação, serviço social e enfermagem, e os jovens em um geral se dirigem ao setor público, por ser difícil abrir vagas nos setores privados (não muito diferente de Daejeon). Haveria uma percepção de casamento enquanto uma escolha, mas com aceitação de ser realizado dentro das condições econômicas vigentes (ou seja, não necessariamente é necessário alcançar um patamar específico).

Em conclusão, Choi *et al* (2025) entendem que as três regiões se veem assoladas pela disparidade de gênero no mercado de trabalho, com uma disparidade salarial e instabilidade do emprego feminino, mesmo se as jovens possuírem alto nível de escolaridade. Como é possível verificar na figura a seguir, para as cidades escolhidas há ocupação majoritariamente masculina em empresas de grande porte. Além disso, muitos jovens passaram a entender o casamento

como uma forma de obterem uma estabilidade em meio a ambientes de empregabilidade instável (Choi *et al*, 2025, p.206).

FIGURA 8 - Proporção de homens entre as pessoas ocupadas, por região e porte da empresa

Porte da Empresa (Funcionários)	Nacional	Seul	Busan	Daegu	Incheon	Gwangju	Daejeon	Ulsan
Total	57.0	54.3	54.0	53.5	55.6	54.5	55.5	65.7
1-4 pessoas	55.0	54.9	53.9	54.5	55.0	53.7	53.4	50.2
5-9	52.5	49.3	51.1	51.7	51.0	51.0	50.2	48.1
10-29	55.7	50.6	54.3	53.1	53.8	53.9	53.4	56.8
30-49	56.0	52.5	52.5	51.4	53.6	53.0	53.7	62.4
50-99	55.2	53.3	51.3	51.9	54.2	51.5	49.6	67.0
100-199	60.5	56.9	57.4	55.0	62.7	52.8	57.1	73.3
200-299	61.5	59.8	56.8	55.8	56.9	53.1	62.3	69.9
300-499	62.8	58.9	61.1	59.6	61.1	53.2	63.8	80.4
500-999	64.1	59.4	59.2	67.4	61.5	68.2	73.2	67.1
1.000 ou mais	63.7	56.9	52.1	45.1	62.8	68.5	60.2	90.3
Menos de 300 pessoas	55.6	53.0	53.4	53.1	54.4	52.8	53.2	58.9
300 pessoas ou mais	63.6	57.9	57.7	56.5	62.2	64.1	64.8	84.8

Fonte: Choi *et al*, 2025, p. Recriação do gráfico traduzido através da ferramenta Notebook LM.

2.3. POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS: PLANOS BÁSICOS PARA A BAIXA FECUNDIDADE E ENVELHECIMENTO DA SOCIEDADE

Em vista do quadro de crise demográfica acima explorado, nos anos 2000 foram desenvolvidas uma série de políticas a partir de análises e discussões desenvolvidas no âmbito do Comitê sobre Envelhecimento Social e Política Populacional, liderado pelo presidente do país, com participação de ministros e especialistas. Os planos foram desenvolvidos enquanto uma diretiva nacional e têm sido renovados de 5 em 5 anos, tendo então o Primeiro Plano Básico sobre Baixa Fecundidade e Envelhecimento da Sociedade estado em funcionamento de 2006 a 2010. Os demais planos consistem no Segundo Plano (2011-2015), Terceiro Plano (2016-2020) e Quarto Plano (2021-2025), sendo que este último teria adotado uma nova perspectiva, e por conseguinte, consiste no principal objeto de análise deste trabalho.

Além disso, o Quarto Plano não estava previsto, acreditando-se então que o seu desenvolvimento acontece devido ao não cumprimento das metas e aceleração do processo de crise. Yun *et al* (2022), a partir de dados coletados do Korea Statistics Census e do questionário de tendências populacionais de 2020, mostram que houve um aumento gradual da população

no país, de cerca de 46 milhões de pessoas para 51 milhões, mas que o número de nascimentos diminuiu de 640.089 mil em 2000 para 272.337 mil em 2020; apontamos aqui o acontecimento da pandemia Covid-19 como um acontecimento histórico atípico, em foi necessário o distanciamento social.

O primeiro Plano Básico (2006-2010), conforme Lee (2006) focou nos ambientes de criação de filhos, melhorar a qualidade de vida na velhice e proporcionar a possibilidade de crescimento econômico em vista da crise demográfica. Nesta primeira etapa, as medidas visaram facilitar o balanceamento entre trabalho e vida familiar, frisando o direito a licenças e introduzindo apoio financeiro a famílias de baixa renda parar arcar com creches (OCDE, 2019). Lee (2009) mostra que as medidas direcionadas ao fortalecimento da responsabilidade social em relação a ter filhos e criá-los giraram em torno de diminuir o fardo para as famílias com filhos, por exemplo: expansão do suporte financeiro para creches e pré-escolas; expansão do sistema de educação pós horário escola; benefícios sociais e de impostos para famílias com vários filhos, incluindo as taxas do seguro de saúde nacional e crédito pelo sistema nacional de pensões; incentivos para famílias com vários filhos; e mesmo expansão dos suportes à famílias adotivas, com aporte financeiro para adoções e gratuidade em creches e pré-escolas.

Além disso, pretendia-se expandir a infraestrutura de creches, com maior número de creches públicas e creches nos locais de trabalho, melhorar a qualidade do serviço privado de creches e outras demandas. Já as medidas de apoio à gravidez e parto se concentraram em questões de saúde - como, por exemplo, estabelecimento de centros de saúde da mãe e do bebê, apoio ao programa de saúde reprodutiva – e questões financeiras – apoio econômico a casais com questões de infertilidade, programa de ajudantes pós-parto para as classes pobres.

Outro eixo do Primeiro Plano que Lee (2009) nos traz se dá em relação a uma cultura amigável para com crianças e de igualdade de gênero. Nesse sentido, as iniciativas consistiam em aumentar o apoio do governo para licenças maternidade, abarcando trabalhadores de pequenas e médias empresas, licenças para abortos e natimortos e licença para parceiros, além de licenças maiores para cuidar dos filhos e flexibilidade nas condições de trabalho. Ainda, são propostos apoio ao retorno de mães ao trabalho após período de criação dos filhos, como subsídios para contratação de trabalhadores temporários. Também se verifica a proposta de programas de incentivos às donas de casa e apoio a estabelecimentos familiares, com programas de educação. Em relação a promoção da igualdade de gênero, pretendia-se fortalecer os programas de educação social e nas escolas, promovendo ainda o fortalecimento dos laços familiares, a partir de programas de aconselhamento, apoio a lazeres familiares e um ambiente comunitário *family-friendly*.

Nesse sentido, esse plano estabeleceu as bases para o enfrentamento da crise demográfica a partir de fundamentos institucionais para melhorar a qualidade de vida na velhice (Coreia do Sul, 2021). As ações recomendadas giravam em torno do fortalecimento da responsabilidade social para a gravidez e a criação de filhos ao expandir o acesso a creche e apoio educacional para crianças (Coreia do Sul, 2021). Também estabeleceu um enquadramento de insegurança econômica na velhice e no cuidado ao longo da vida, porém as medidas adotadas em relação ao envelhecimento populacional não ganharão foco.

Por fim, Lee (2006) aponta como políticas que tiveram resultados positivos para incentivar a escolha por um segundo filho teriam sido o estabelecimento de sistemas de saúde e nutrição para a maternidade e para crianças, políticas para equilibrar trabalho e vida pessoal, políticas de custeio de creches e pré-escolas. As mesmas políticas, porém, em ordem de importância diferente, teriam também proporcionado a escolha por um terceiro filho. O segundo Plano Básico (2011-2015) expandiu as medidas anteriores, introduzindo o serviço gratuito de creche para todas as famílias (OCDE, 2019).

O Segundo Plano (2011-2015) é implementado com o objetivo de restaurar a TFT aos níveis da média dos países da OCDE, consistindo principalmente em continuação das iniciativas de diminuir a sobrecarga da população em relação a casamento, gestação e criação de filhos, assim como tentar balancear trabalho e vida pessoal (Yun *et al*, 2022). Assim, observa-se uma ampliação em relação ao que havia sido previamente estabelecido por exemplo, com a expansão dos serviços de creches sem custo para além da população pobre, sendo garantido acesso a todas as famílias independentemente da renda (OCDE, 2019). De acordo com Yun *et al* (2022, p.10), os Primeiro e Segundo planos entendem como causas para a baixa fecundidade o aumento na idade na qual as pessoas se casam, a esquivas a ter filhos, adiamento do casamento e da gravidez por questão financeira, dificuldade em conciliar trabalho e vida familiar, parca estrutura de creches, maior carga da criação dos filhos, mudanças nos valores quanto a casamento, filhos e sucessão familiar.

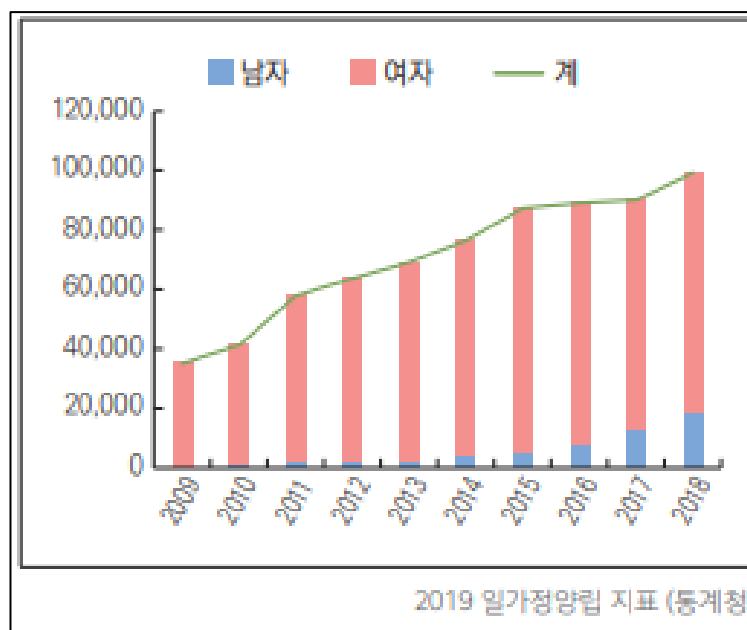
Já o Terceiro Plano (2016-2020) direcionou medidas para lidar com o custo de educação empregado pelas famílias, de modo que implementou em 2018 uma mesada para crianças de 0 a 5 anos, outras medidas visaram a integração com o mercado de trabalho a partir dos programas após horário escolar (OCDE, 2019). Terceiro plano buscou implementar respostas estruturais, em áreas como trabalho e habitação para recém-casados, por exemplo aumentando a oferta de moradia para recém-casados, como forma de resposta à mudança na idade média de casamentos e no número de não casados por questões financeiras.

Porém, em 2018 foi anunciado um plano de ação⁶, com vigência até 2022, o qual previa uma mudança de paradigma que foi depois refletida no Quarto Plano. Nesse sentido, adotou-se uma intenção de melhorar a qualidade de vida e tornar a sociedade mais inclusiva em termos socioeconômicos, de gênero e geracional (OCDE, 2019). Conforme relatório da OCDE, os pontos principais foram promover a igualdade de gênero no ambiente de trabalho e promover mais tempo para casais, no caso, as medidas envolveram promover o uso de licenças parentais por pais a partir de um aumento de 100% no valor de pagamento da licença, exigência que empresas reportassem diferenças de gênero no salário, empregabilidade e progressão de carreira (OCDE, 2019). Além disso, surpreendente a partir de então não seria mais necessário atestar na certidão de nascimento se a criança teria nascido fora de laços matrimoniais e a mãe poderia dar seu próprio sobrenome, auxílio para tratamentos de fecundidade passaram a ser acessíveis às mulheres solteiras e casais sem casamento registrado (OCDE, 2019). Para Cho (2021), a mudança para priorizar a qualidade de vida se deve a críticas de que os planos anteriores não levavam em consideração a vida das pessoas e apenas incentivava que se tivesse filhos.

No documento do Quarto Plano Básico (Coreia do Sul, 2021, p.35) reconhece-se que questões imediatas foram abordadas nesses planos, como tentativas de aliviar o fardo durante a o parto e gravidez, o que se constata a partir dos programas trazidos por Lee (2006), mas fatores de estrutura social não foram suficientemente tratados. Faltou, então, um direcionamento quanto a mudanças de comportamento – mentalidade quanto a divisão de tarefas domésticas e desigualdade de gênero no mercado de trabalho – e faltou também a institucionalização de propostas nesse sentido. Um dos pontos é que, apesar do incentivo para que homens tirem licenças familiares ter funcionado em alguma medida, ainda é insuficiente para que haja um equilíbrio entre homens e mulheres (Figura 9). Isso acontece devido a lacunas na cobertura de segurança social, que não acoberta certos trabalhos, ou não se usa as licenças por pressão dos colegas ou por dificuldades financeiras.

Em relação ao Quarto Plano, uma mudança clara é perceptível devido a não ter uma meta de TFT adotada, mas estimava-se atingir 335mil nascimentos em 2025. Adotou-se uma mudança de perspectiva das políticas anteriores de fecundidade para políticas que visavam a qualidade de vida e a integração de classes e gerações (Yun *et al*, 2022), seguindo a mudança de paradigma que veio com o Plano de Ação de 2018, com slogan “Uma sociedade sustentável onde todas as gerações vivem felizes juntas”. Foram estabelecidos de três objetivos principais:

⁶ Low fertility and ageing society policy roadmap.

FIGURA 9 - Número de pessoas que tiram licenças parentais⁷

Fonte: Coreia do Sul, 2021, p.31.

1. Melhoramento da qualidade de vida para os indivíduos; 2. Uma sociedade com igualdade de gênero e justa; 3. Inovação social em resposta às mudanças demográficas (Coreia do Sul, 2021).

Devido a mudança de paradigma, novas tarefas foram acrescentadas, como melhora da qualidade de vida, alcançar a igualdade de gênero e preparo para mudanças demográficas. Outras áreas que foram pouco discutidas devem ganhar atenção: mercado de trabalho e o equilíbrio com a vida privada, direitos das crianças, direitos sexuais e reprodutivos, famílias diversas, integração etária e redes de segurança social.

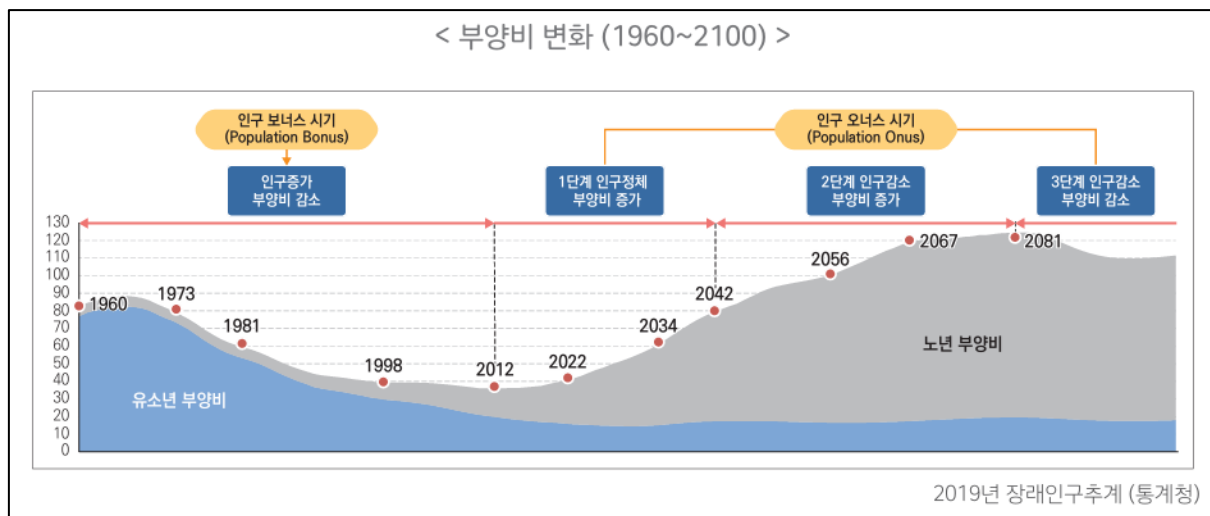
Dessa forma, algumas considerações (Coreia do Sul, p.30) foram levantadas para a formulação do Quarto Plano, que giram em torno de dois eixos. O primeiro, faz referência a crise de estabilidade durante casamento, gravidez e criação dos filhos – empregabilidade instável de jovens, peso excessivo do cuidado para mulheres, desigualdade de gênero no trabalho, falha na cobertura de seguridade trabalhista e diferença no equilíbrio entre vida privada e trabalho devido a diferença no tamanho da empresa que emprega. O outro eixo diz respeito ao estabelecimento de bases para haja equilíbrio entre vida pessoal e trabalho a partir da adoção de regimes diversificados de trabalho (teletrabalho, trabalho híbrido, horário flexível) e mudança na cultura do ambiente de trabalho (não realizar horas extras excessivas, incentivar o uso de licenças familiares).

⁷ Em azul, “homens” e em vermelho, “mulheres”. Alinha verde mostra o total.

Além dos fatores de ordem socioeconômica, em seu diagnóstico da baixa fecundidade o Quarto Plano também considera fatores relacionados a cultura e valores. No caso, persistem normas e instituições tradicionais e rígidas quando a formação familiar enquanto a percepção pública sobre famílias tem se alterado. De acordo com o documento (Coreia do Sul, 2021, p.19) havia mais domicílios de uma pessoa em 2018 (29,3% dos domicílios) do que em 2000 (15,5%), assim como constam mais domicílios com famílias monoparentais com filhos solteiros em 2018 (14,6%) do que no ano de 2000 (9,4%), o que mostra uma inclinação maior de pessoas saindo da casa dos pais sem estarem em laços matrimoniais e também um leve aumento de pais/mães solo. Ainda, afirma-se que mais pessoas estão aceitando casais que moram juntos, mas não registram um casamento, como uma forma de família - porém, o regime jurídico ainda não reconhece esse tipo de união, o que gera exclusão social desse e de outras formas familiares e exclusão jurídica em termos de acesso a direitos próprios para pessoas casadas.

O outro ponto do diagnóstico realizado no Quarto Plano (Coreia do Sul, 2021) diz respeito a mudança de percepção e atitudes dos jovens quanto ao trabalho. Isto é, tanto homens quanto mulheres veem que o trabalho como uma necessidade, como já foi abordado na primeira sessão deste capítulo e pode ser verificado na figura 2. Ao mesmo tempo que se reconhece a necessidade e a participação feminina na economia, as tarefas domésticas e trabalho de cuidado para com familiares continua recaindo sobre o colo da mulher, no que o documento se refere como “*pro-work conservatism*”. Reconhece-se a importância da participação feminina devido aos custos de criação dos filhos a longo prazo é essencial que ambos os pais trabalhem, mas fazemos questão de apontar também o ponto de vista da independência financeira da mulher, essencial para que esta possa fazer suas próprias escolhas.

Em termos de impactos da transição demográfica, o Quarto Plano (Coreia do Sul, 2021, p.10) aponta a diminuição do crescimento econômico e a repercussão da arrecadação fiscal, que deve aumentar para sustentar principalmente os sistemas de pensão e o sistema de saúde. A precisão é de que haverá uma diminuição da receita, pela diminuição de trabalho e de capital; a figura 10 mostra essas estimativas do aumento do índice de dependência. Ademais, ocorrerá um desequilíbrio entre oferta e demanda, com o fechamento de escolas, alta demanda para serviços médicos para idosos, pouca mão de obra em setores pouco escolhidos pelos jovens (principalmente trabalho rural). Ainda, será acentuada a disparidade entre as regiões, com a região metropolitana – principalmente a cidade de Seul – tendo concentração de pessoas, o que aumenta o preço das moradias nesse local e provoca um esvaziamento das províncias rurais.

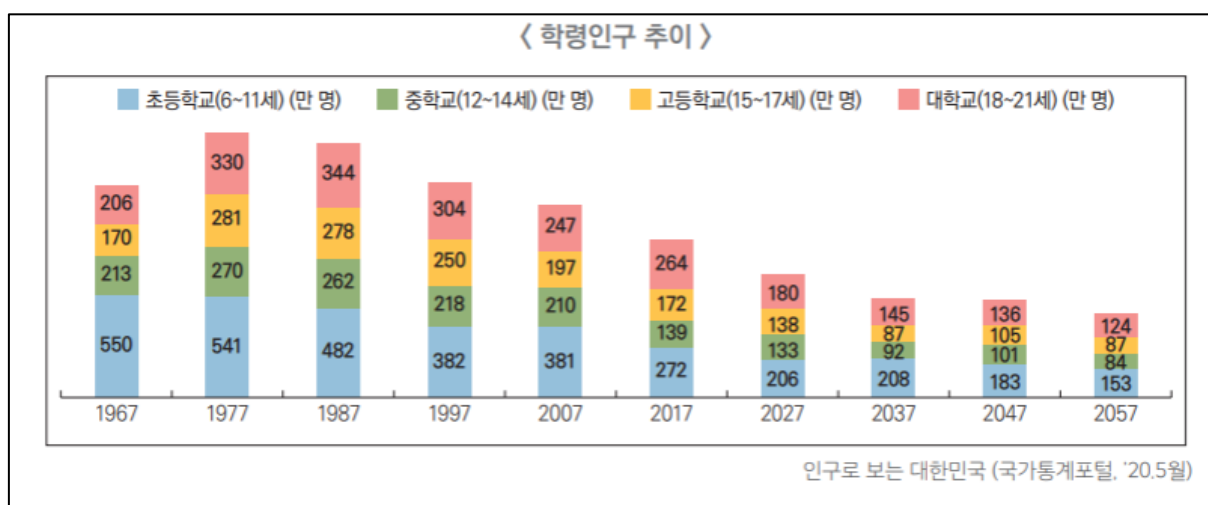
FIGURA 10 - Mudanças no índice de dependência de 1960 a 2100⁸

Fonte: Coreia do Sul, 2021, p.24.

Em dezembro de 2025 foi noticiado que ao longo dos últimos trinta anos mais de 4 mil escolas, dentre ensino fundamental e médio, fecharam ou estavam em desuso na Coreia do Sul. De acordo com Shin (The Korea Herald, 2025), 158 escolas haviam fechado nos últimos cinco anos e mais de 100 escolas tinham previsão de sofrer o mesmo destino. Essas escolas estão localizadas, principalmente, em regiões provincianas, como Jeolla e Gyunggi, o que exemplifica como a crise demográfica afeta mais as áreas não metropolitanas. No seguinte gráfico figura 11, advindo do Quarto Plano (Coreia do Sul, 2021), verifica-se o declínio da população em idade de estudo, assim como uma previsão futura até 2057.

Contudo, governos locais também desenvolvem suas próprias iniciativas, como por exemplo a cidade de Incheon. De acordo com Soyoung Park (2025), em 2024 a cidade metropolitana iniciou o programa I-Dream, no qual oferece um suporte, total de 100 milhões de won por criança, cobrindo o período do nascimento até os 18 anos – seria um auxílio extra de 28 milhões de won para somar ao auxílio nacional de 72 milhões, de 0 a 7 anos e a cidade cobriria 150mil won mensais dos 8 aos 18 anos da criança. A autora, em sua análise, chegou à conclusão de que houve um aumento de 8% no número de bebês nascidos e que programas de auxílio a longo prazo podem ser mais eficazes do que programas de transferência única.

⁸ Tradução dos elementos do gráfico: a onda em azul claro é a razão de dependência da juventude, enquanto a onda em cinza claro é a razão de dependência de idosos. No primeiro retângulo em azul escuro: crescimento populacional com a diminuição da razão de dependência. Em seguida, os demais retângulos: Estágio 1 - Estagnação populacional com aumento da taxa de dependência; Estágio 2 - Estágio de declínio populacional, com aumento da taxa de dependência; Estágio 3 - Declínio populacional, com diminuição da taxa de dependência.

FIGURA 11 - Tendências da população em idade escolar⁹

Fonte: Coreia do Sul, 2021, p.120

2.4. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS DAS POLÍTICAS ADOTADAS AO LONGO DOS ANOS

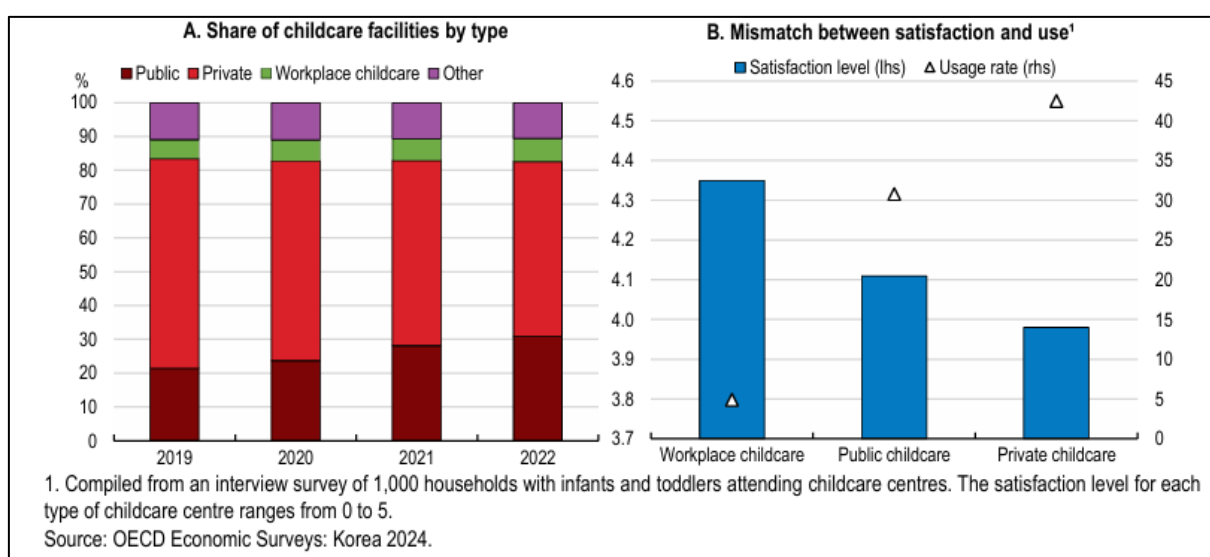
Em termos gerais, os Planos Básicos obtiveram pequenos êxitos, como o aumento do uso de serviços ECEC (*early childhood education and care service*) pela população e o aumento do número de pessoas, principalmente pais, utilizando do recurso de licenças parentais. A OCDE (2019) mostra que, em 2016, 53,3% das crianças com idade entre 0 e 2 anos, assim como 93,4% das crianças com 3 a 5 anos, estavam participando de pelo menos uma das modalidades do sistema de ECEC – creches baseadas em centros comunitários, jardins de infância ou recebimento de cuidados em casa. Os Planos Básicos também impulsionaram o aumento do número de pessoas que utilizaram as licenças parentais a partir, principalmente, de medidas como o aumento do número de dias das licenças, melhor pagamento no período em que a pessoa estiver ausente e expansão do direito às mulheres que exerciam trabalhos sem seguro emprego – antes, a licença remunerada estava condicionada ao pagamento de seguridade, o que não é feito por trabalhadores irregulares.

Em 2013, o acesso universal aos serviços de cuidado, antes limitado por renda, contribuiu para o aumento das matrículas em creches (OCDE, 2019). Contudo, mais de 75% das creches são geridas pelo setor privado e há uma preferência por creches públicas, mesmo que desde 2019 o governo aplique um sistema de Avaliação e Acreditação obrigatória em todos

⁹ Legenda: Azul: 6 a 11 anos; Verde: 12 a 14 anos; amarelo: 15 a 17 anos; Vermelho: 18 a 21 anos.

os estabelecimentos de cuidado diurnos (OCDE, 2025). Em termos de satisfação, as creches disponibilizadas em ambientes de trabalho são as que mais satisfazem os pais usuários desse tipo de instalação, mas não há um grande número de empresas que oferecem creches dentro do local de trabalho, pois apenas grandes empresas (mais de 300 funcionários) são obrigadas a ter creches e há um grande custo em atender as exigências estabelecidas para se instalar creches (Choi *et al*, 2024). Na figura seguinte é possível verificar a disponibilidade dos serviços de creche por modalidade assim como o descompasso entre satisfação e serviço utilizado

FIGURA 12 - Estabelecimentos de creches públicas e no local de trabalho



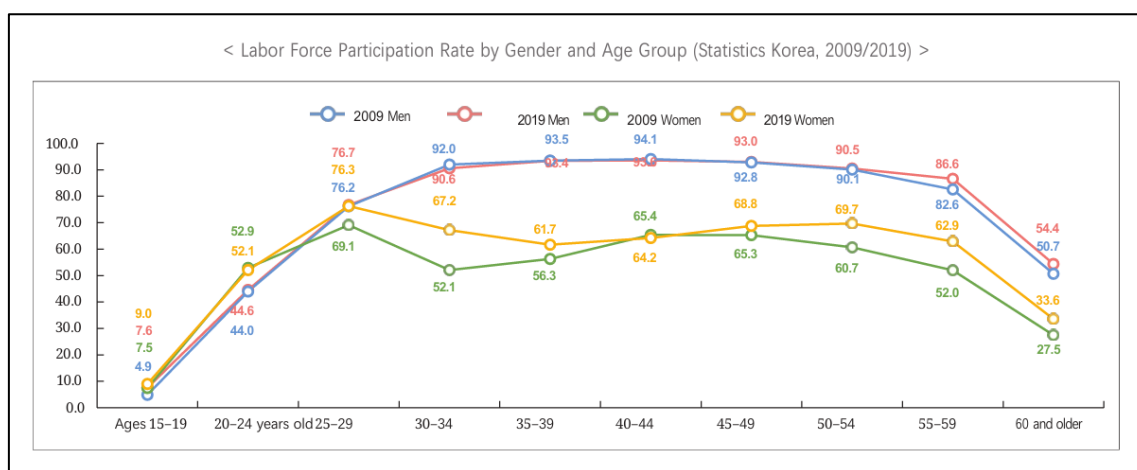
Fonte: OCDE, 2025, p.91.

Dentre outras medidas adotadas ao longo dos anos, consta o Abono Infantil, de 2018, em validade para crianças de até 8 anos de idade e da disponibilização mensal de 100.000 won, como parte das políticas de incentivo financeiro para tentar diminuir o fardo econômico para os pais (OCDE, 2025). Porém, apesar de variadas estratégias, não só a TFT não se recuperou para níveis acima de 1.3 como na verdade continuou em queda. Nesse sentido, Jeong *et al* (2022) categorizou as políticas em cinco tipos: a) financeiras (dinheiro), b) bens, c) vouchers para serviços específicos, d) serviços e e) educacionais e de relações públicas. Para Jeong *et al*, (2022), suas análises mostraram que a TFT respondeu positivamente a políticas em espécie, como acesso a leite em fórmula e a fraldas, enquanto as demais não teriam interferido significativamente. Assim, os autores afirmam que as políticas são limitadas, já que focam principalmente no parto de crianças, e para que o efeito seja a longo prazo, as medidas em espécie deveriam ser adaptadas para outros momentos da vida da criança.

Choi *et al* (2024) aponta outro efeito das políticas financeiras de alívio de renda, que afetam as mulheres. No caso, os incentivos econômicos, como a escolha pelo recebimento de pensão para que se cuide da criança em casa ao invés do uso de creches, podem incentivar que a mãe permaneça em casa, já que sua renda seria “dispensável”. Os autores também trazem que estudos anteriores afirmam que um dos fatores que incentivam com que mulheres mantenham suas carreiras é a disponibilidade local de creches de qualidade, o que nem sempre é possível devido as diferenças regionais. Dessa forma, algumas políticas contribuem para a manutenção do gráfico em M (figura 13), sobre a empregabilidade da mulher, que mostra que mulheres se ausentam do mercado de trabalho quando tem filhos; essa e outras questões serão trabalhadas no capítulo seguinte para que se possa entender melhor sobre as implicações da maternidade para as mulheres coreanas.

Em 2017, Yoo e Sabotka afirmaram que a fecundidade sul-coreana não irá aumentar para além de 1.4 por mais que o governo desenvolva políticas públicas, por causa as condições de trabalho e a manutenção dos papéis de gênero. O que se tem observado, nos últimos anos, é um aumento nos números de nascimento em referências a períodos anteriores¹⁰, porém acredita-se que isso seja o já mencionado período de *catch-up* pós pandemia e uma consequência da chegada de pessoas à idade de cerca de 30+ anos, idade mais estatisticamente provável para se casar e escolher ter filhos.

FIGURA 13 – Participação na força de trabalho por gênero e idade.¹¹



Fonte: Coreia do Sul, 2021, p. 140. Originalmente em coreano, tradução realizada com a ferramenta Deep L.

¹⁰ De acordo com o Statistics Korea (2026), o número de nascimentos tem estado abaixo de 300.000 desde 2020, chegando à baixa de 230.028 mil nascimentos no ano de 2023 e estando em leve ascensão desde então (238.317 mil em 2024 e 254.457 mil em 2025).

¹¹ O documento (Coreia do Sul, 2021, p.140) também traz dados de 2019 da Statistics Korea que afirmam que as principais razões para intervalos na carreira são cuidar dos filhos (38,2%), casamento (30,7%), gravidez e parto (22,6%) e cuidar da família (4,4%).

No ano de 2024 o presidente Yoon declarou a baixa natalidade do país como uma emergência nacional e anunciou ampliação das licenças parentais, assim como do sistema de creches (Lee, 2024). Porém, a percepção pública não se mostrou contemplada com as medidas, de acordo com a matéria de Lee no The Korea Times, foram apontadas as longas horas de trabalho, interrupções de carreira e os preços de moradia, assim como de custo de vida, como fatores que são relevados pelo governo quando se trata da questão. Por conseguinte, esse tipo de notícia nos mostra que há um descompasso entre as preocupações e necessidades da população que não estão sendo atendidas pelas políticas públicas, mesmo quando são abordadas em seus textos.

CAPÍTULO 3: DESIGUALDADE DE GÊNERO E OS LIMITES DAS POLÍTICAS PRÓ-NATALISTAS

Em vista do que foi exposto nesse trabalho, é possível destacar alguns fatores sociais, econômicos e culturais que provocam o quadro de baixa natalidade na Coreia do Sul, de modo que estão interligados entre si. Jon Pariliussen (OCDE, 2025) destaca, primeiramente, a cultura de credencialismo, que pressupõe que uma boa educação levará a uma boa faculdade e consequentemente a um bom emprego, logo percebemos duas questões importantes: uma sociedade competitiva e uma valorização da educação que se traduz em altos gastos domésticos com escolas e tutorias. Mais de uma vez o gasto com a educação dos filhos foi apontado como fator que impede que os casais tenham mais filhos (OCDE, 2019; OCDE, 2025).

Em uma sociedade em que a grande maioria possui ensino superior, com cerca de 71% de jovens entre 24 e 34 anos terem terminado o ensino superior (OCDE, 2025b), o mercado de trabalho, especialmente para jovens, encontra-se acirrado. A taxa de emprego para jovens adultos, em 2025, esteve em 80%, abaixo dos 87% médios dos países da OCDE (OCDE, 2025b). Junto a isso, é importante se atentar para a taxa de desemprego de jovens (15 a 29 anos), que em fevereiro de 2026 atingiu a maior alta desde os anos pandêmicos¹², atingindo a taxa de 7,7% em fevereiro antes de voltar a diminuir (Statistics Korea, 2026).

Dessa forma, o custo de vida para jovens está muito alto, o que implica diretamente nas decisões sobre seu futuro, existindo principalmente uma preocupação com os custos de moradia. Dados abordados pela OCDE apontam que a relação preço/renda¹³ nas áreas metropolitanas subiram de 6,7 em 2012 para 10,1 em 2021, o que mostra maior dificuldade em possuir uma moradia, interferindo diretamente no objetivo de casamento de muitos jovens, pois 51,2% desse grupo entende que é preciso ter moradia própria para se casar (OCDE, 2025). No relatório “Regions and Cities at a Glance 2024”, a OCDE mostra uma lacuna de mais de 100% no preço de moradias em pequenas cidades (entre 50mil e 100mil habitantes) e grandes cidades (mais de 1,5mi de habitantes) (OCDE, 2024). Ou seja, se tornar um proprietário em grandes áreas metropolitanas, como Seul, se torna um desafio principalmente para os jovens, que

¹² Destaque para a alta de 10,7% de jovens desempregados em junho de 2020 (Statistics Korea, 2026)

¹³ “A relação preço/renda corresponde ao índice de preços nominais de imóveis dividido pela renda nominal disponível per capita, podendo ser considerada uma medida de acessibilidade financeira.” (OCDE, s.d. Tradução feita com auxílio do Google Tradutor). Disponível em: <https://www.oecd.org/en/data/indicators/housing-prices.html>.

buscam iniciar suas carreiras em grandes áreas urbanas devido a maior e mais diversa oferta de empregos.

Devido às pressões de uma sociedade competitiva em diversos âmbitos (educação e trabalho, principalmente, como foi verificado), há uma geração que foi gradativamente abrindo mão de fases e conquistas da vida: inicialmente, a geração *sampo* desistiu de namorar, casar e ter filhos (OCDE, 2019); posteriormente, virou a geração *opo*¹⁴, vai além e desiste de ter conexões sociais e casa própria (Jung, 2025); outras desistências, como emprego, também foram sendo acrescentadas. Dessa forma, afirma-se que as novas gerações se encontram com o sentimento de desesperança quanto ao futuro, passando a deixar de lado conquistas consideradas importantes para o desenvolvimento pessoal na sociedade coreana.

O segundo ponto de Pariliussen (OCDE, 2025) seria a prática de promoção no trabalho pela senioridade, isto é, para avançar na carreira é preciso estar presente constantemente no trabalho. Essa questão implica em um *trade off* entre trabalho e família, no sentido de que para avançar na carreira é preciso preterir o tempo em família e compactuar com as longas horas, muitas vezes extras e não oficiais, de trabalho. Sobre isso, as políticas públicas tentaram incentivar as licenças parentais, mas é importante lembrar que em um país de mercado de trabalho dualizado, parcela considerável da população não está acobertada por sistemas de seguridade laboral.

O terceiro ponto diz respeito à discriminação de gênero, sendo este o recorte de destaque deste capítulo. Diversas autoras (Kim, 2024; Silva, 2025) apontam, primeiro, para a influência da filosofia confucionista de vida quanto ao papel da mulher na sociedade coreana, que deveria ser obediente ao pai, ao marido e ao filho de acordo com a fase da vida que se encontre. Até 2005, estava em funcionamento o sistema *hoju*, de inspiração nas ideias confucianas, no qual o marido ou filho primogênito seria designado como chefe da família e, portanto, responsável pelas decisões na sociedade (Silva, 2025). Entende-se que esse sistema seria uma ferramenta jurídica de sustento do patriarcado coreano que possui ainda influências socioculturais, apesar de ter sido considerada inconstitucional pela Suprema Corte (SILVA, 2025). No caso, utiliza-se dessa questão como uma forma de escancarar que, até recentemente, havia pressupostos legais em funcionamento que previam a subordinação da mulher à figura patrilinear, o que estimula o questionamento sobre até que ponto era e é praticável uma independência pela mulher coreana nos diversos âmbitos da sua vida.

¹⁴ 삼 (sam) significa três, e 오 (oh) significa cinco.

Além disso, o modelo de homem-provedor e esposa que cuida do lar está em colapso acelerado desde a Crise Asiática, quando as demissões em massa e a mudança do regime de trabalho para contratações temporárias e terceirizadas tornaram difícil que apenas uma pessoa sustentasse um lar (Silva, 2025; Jung, 2024). Dessa forma, a presença da mulher no mercado de trabalho se torna não só algo essencial para seu sustento e independência, mas uma necessidade e é uma presença que se tornou normalizada. Então, passou a existir uma divisão de tarefas de gênero neotradicional (Choi *et al*), ou seja, ambas as pessoas do casamento heteronormativo devem manter seus empregos - até porque, como já foi dito, devido a custo de vida e de criação dos filhos – mas, as tarefas domésticas e trabalho de cuidado continua recaindo majoritariamente sobre a figura feminina.

Como já foi dito anteriormente, a Coreia possui o maior índice de diferença salarial entre homens e mulheres dentre os países da OCDE, e isso se relaciona com a maior representação de mulheres ocupando empregos irregulares (*bijeongkiujik*)¹⁵. Essa categoria de trabalhos abrange aqueles empregos de vínculos precários, pouco ou nada acobertados por sistemas de seguridade, incluindo trabalhos temporários, meio período, agenciamento, subcontratados e sob demanda (Lee, 2014). Como já foi mencionado anteriormente, as mulheres são a maioria representativa desse tipo de subemprego, que constam principalmente em pequenas empresas, sendo cerca de 5,3 milhões de mulheres (50,7% de mulheres empregadas) estão em trabalhos irregulares, ao mesmo tempo em que apenas 3,99 milhões de homens empregados (ou 33,4%) estão nessa situação (Lim, 2025). A sindicalização desse tipo de emprego é baixa, menos de 2% (Lee, 2014), o que mostra uma vulnerabilidade especialmente para as mulheres em termos de representação e luta política por direitos.

Nesse sentido, há uma diferenciação também nas ocupações das mulheres, enquanto funções no setor de serviços e manufatureiras, assim como na educação e diretamente relacionadas ao cuidado. Kim e Hahn (2022) mostram que apenas 15,6% dos cargos de gerenciamento e 8,7% dos assentos em conselhos administrativos são ocupados por mulheres. No setor de serviços de cuidado, majoritariamente ocupado por mulheres, permanecem as longas horas de trabalho, com o trabalho extra não sendo remunerado e os horários muitas vezes imprevisíveis; a professora Joo Hee Lee (2023) refere-se a esse trabalho como trabalho invisível¹⁶. Além disso, conforme Lee (2023), muitas dessas trabalhadoras encontram-se em

¹⁵ Yoonkyung Lee (2014) chama esse tipo de empregabilidade de “classe insegura” devido a questões como falta de garantias de seguridade social, pouca representação política e riscos constantes de demissão e queda de renda.

¹⁶ Originalmente, “shadow labor” (Lee, 2023, p.255)

pequenas firmas, sendo que empresas com menos de cinco empregados não são totalmente acobertados pelas leis trabalhistas.

Lee (2023), realizou um estudo qualitativo em 2015, com entrevistadas do setor de cuidado em ocupações variadas, desde professoras a cuidadoras de idosos, deficientes e crianças. As professoras de creches eram as que possuíam maior grau de escolarização e também as mais novas, enquanto as demais trabalhadoras possuíam educação apenas até o segundo grau e estavam na faixa dos sessenta anos. A professora Lee (2023) constatou que, no caso do segundo grupo principalmente, a permanência e anuência das trabalhadoras nessas funções se dava por um misto de coerção - o medo de perder um dos poucos trabalhos que conseguiam exercer - e pelo familismo - passavam a identificar seus clientes quase como parente.

Já Petterson e Walcutt (2013), ao buscaram identificar a permanência da discriminação de gênero nos espaços de trabalho, apontam quatro pontos principais. O primeiro são as lacunas na fiscalização e punição, que deixam a impressão de que aderir às normas de igualdade de gênero seriam apenas sugestões. O segundo são as influências culturais tradicionais, que impede maior contratação de mulheres, pois as veem primeiramente como mães e esposas. Em terceiro viria a aceitação pelas próprias mulheres do status quo, por medo de perturbarem a harmonia do ambiente ou por medo de represálias. Por fim, desconhecimento das normas, por parte principalmente de firmas menores.

É preciso entender o quão enraizado o preconceito de gênero está na sociedade coreana e como isto afeta o dia a dia das mulheres e sua relação com as escolhas de maternidade. O termo “*motherhood penalty*”, anteriormente mencionado, diz respeito às perdas em ganhos e oportunidades que uma mulher enfrenta ao escolher o caminho da maternidade. Hwang e Yoo (2025) desenvolveram um modelo analítico e utilizaram o grupo de mulheres mães nascidas entre 1976 e 1985 para calcular essa perda, que se inicia desde a gravidez e persiste até cinco anos após o nascimento da criança, sendo uma queda de rendimento em torno de 41% dos seus ganhos. Não há nenhum tipo similar de repercussão nos ganhos dos homens.

Aquelas que se ausentam do mercado de trabalho, ao voltarem (se voltarem) normalmente acabam por ocupar empregos irregulares e campos normalmente dominados por mulheres, como mencionados acima. Contudo, um ponto interessante de Hwang e Yoo (2025) é de que, com o aumento das licenças maternidade em termos de dias e pagamentos, há impressão de uma penalidade maior recentemente, mas isso tem mostrado que as mulheres que escolhem se tornar mães são aquelas com empregos mais estáveis. Isso corrobora com pesquisas anteriores, por exemplo em OCDE (2019), mulheres em empregos públicos tinham mais

probabilidade de terem filhos e em Kim (2022) mostrou que há um tempo ótimo (entre 34,4 e 45 horas semanais) de trabalho, compatível com empregos regulares, para que mulheres escolham ser mães.

Em vista disso, há mulheres coreanas que escolheram não se casar e/ou não ter filhos, partindo de uma ponderação racional, para evitar a penalidade maternal ou mesmo demais pressões estruturais, como a expectativa sociocultural de papéis de gênero na criação de filhos. Essa tendência está sendo chamada de “*marriage strike*” ou “*birth strike*” e, em certos casos é possível verificar-se posicionamentos como o visto no artigo do The New York Times (Jung, 2023), em que para uma trabalhadora de escritório Jinni Kim afirma que “A greve de nascimento é a vingança das mulheres contra uma sociedade que nos impõe fardos impossíveis e não nos respeita.”¹⁷.

Dessa forma, é possível indagar se há medidas que foram ou estão sendo tomadas em busca de uma maior igualdade de gênero no país e qual seria o quadro em que se encontra. A luta de mulheres, nem sempre feminista¹⁸, há muitos anos se faz presente na história da Coreia, com destaque para os movimentos de trabalhadoras durante a ditadura e a luta por direitos reprodutivos (Silva, 2025). A movimentação de mulheres para que *status quo* desvantajosos sejam debatidos e conquistas sejam realizadas, a exemplo do fim do sistema *hoju* em 2005 (Silva, 2025).

Em 2001, em um período de institucionalização de movimentos progressistas de mulheres, foi criado o Ministério da Igualdade de Gênero no governo de Lee Dae Jung (1998-2003). Conforme Amanda Morais Silva (2005), nesse governo e no seguinte, de Roh Moo Hyun (2003-2008), foi um período de transversalização de gênero - isto é, integração das perspectivas de homens e mulheres igualmente no planejamento e execução de políticas públicas. Infelizmente, não muito tempo depois, desperta-se o questionamento e mesmo enfrentamento das conquistas femininas em âmbitos políticos. Nesse contexto, o Ministério terá verbas deslocadas para o Ministério da Saúde, assim como passa a se chamar Ministério da Igualdade de Gênero e da Família, em 2003 e passa também a alocar questão infantil e familiares, desviando o foco de questões de gênero.

¹⁷ Traduzido do inglês, “The birth strike is women’s revenge on a society that puts impossible burdens on us and doesn’t respect us,” (...) (Jung, 2023). Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/01/27/opinion/south-korea-fertility-rate-feminism.html>

¹⁸ De forma simplificada, entende-se movimentos feministas como aqueles em que há uma afirmação identitária enquanto feminista e que reconhece e combate a opressão patriarcal na sociedade. Movimentos femininos seriam movimentos de mulheres em busca de causas e/ou melhorias para seu grupo, porém sem necessariamente reconhecer e combater o patriarcado enquanto sistema que estrutura as desigualdades de gênero.

Durante o processo eleitoral de Park Geun Hye, a presidente (2013-2017) se apropriou de pautas relevantes para as mulheres, como a criação de centros de treinamento para que mulheres, promovendo assim maior presença feminina no mercado de trabalho; além disso, prometeu uma maior presença de mulheres em cargos nos ministérios (Jung, 2024). No entanto, essas promessas não foram cumpridas e no seu governo houve um aumento na lacuna de gênero (Jung, 2025). Moon Jae In (governo 2017-2022), candidato progressista e presidente após Park, também busca apoio da faixa feminina de votos para se eleger, mas teve empecilhos em implementar os 30% de representação feminina prometido em campanha (Jung, 2025). Descontentamentos envolvendo tratamento especial por parte do seu governo, a pessoas ligadas aos movimentos estudantis no período ditatorial, afastaram principalmente a base de homens jovens.

Silva (2025) também aponta para uma certa diluição das pautas com a institucionalização do movimento, principalmente quanto à violência de gênero e doméstica, e discriminação trabalhista. Esses males, que nunca foram devidamente combatidos, ganham força novamente com o advento das comunidades online, que permitem conexão entre pessoas com ideias discriminatórias parecidas (discursos de ódio) e anonimato. O ambiente online faz parte significativamente da vida da sociedade coreana, sendo neste ambiente um lugar propício para crimes como ataques em massa de mulheres por usuários masculinos, assim como espalhamento de vídeos e fotos tirados em consentimento.

No país é comum a prática de *molka*, o uso de câmeras escondidas em ambientes como banheiros públicos e posicionados embaixo de saias e vestidos de mulheres para compartilhamento online, um crime normalmente praticado por homens (figura 14). Além disso, com o desenvolvimento da tecnologia da inteligência artificial, o desenvolvimento e compartilhamento de *deepfakes* também tem se popularizado, principalmente no uso de imagens de pessoas comuns ou famosas em cenários de cunho pornográficos falsificados; ao uso de tecnologias para assediar, sexualizar e espalhar o ódio contra mulheres na internet, chama-se misoginia digital.

De forma resumida, a partir das pesquisas de Silva (2025), aponta-se que plataformas e sites têm se tornado abrigo para movimentos misóginos e de extrema-direita, como o site *Ilbe*, que questionam a conquista de direitos femininos e que esses seriam medidas de discriminação reversa. Em contrapartida, surgem movimentações feministas a partir de sites próprios, como *Megalia* e *Womad*, acusados de serem movimentos extremistas; destaca-se o uso da estratégia

FIGURA 14 - Número de casos de filmagem ilegal, prisões e vítimas

Year	The Number of Cases of	The Number of Arrests	Arrest Rate	Arrest Population			Detention		Victims			
				Total	Female	Male	Female	Male	Total	Female	Male	Unknown
2013	4 823	4 380	90.8	2 832	62	2 770	-	74	4 823	4 119	95	609
2014	6 623	6 361	96.0	2 905	49	2 856	-	61	6 623	5 468	172	983
2015	7 623	7 432	97.5	3 961	95	3 866	-	101	7 623	6 325	120	1 178
2016	5 185	4 904	94.6	4 499	117	4 382	-	134	5 185	4 204	160	821
2017	6 465	6 220	96.2	5 437	166	5 271	-	119	6 465	5 515	199	751
2018	5 925	5 613	94.7	5 497	188	5 309	1	168	5 925	4 912	255	758
2019	5 762	5 440	94.4	5 556	278	5 278	4	190	5 762	4 683	315	764

Unit : Person, Percent

Source : Korean National Police Agency, Police Statistics Yearbook 108p

Fonte: SONG, Chi Seon; LIM, Yeon Gyu; PARK, Song Yi; 2020, p.80.

de “espelhamento” por esses grupos, isto é, espelhar falas masculinas acerca de mulheres, mas trocando os gêneros. Em 2018, ganha destaque o movimento #MeToo coreano, em que mulheres compartilharam suas experiências de assédios morais, sexuais e demais violências de gênero sofridas ao longo de suas vidas. Para Jung (2024), a mobilização de mulheres através de mídias sociais e outros ambientes online teria sido a primeira vez que a palavra “feminismo” foi aplicada às mulheres comuns da Coreia do Sul, antes visto como algo ocidental.

Atualmente, o termo “*gender wars*” (Jung, 2025) é utilizado para identificar esse conflito social e político entre jovens homens e jovens mulheres, principalmente a geração dos vinte anos, chamada de *idaenam* (homens na faixa dos 20 anos). Mais especificamente, é possível apontar a prospecção do eleitorado homem jovem por partidos conservadores, de extrema direita, como aconteceu na eleição de 2022. O então candidato Yoon, e posteriormente presidente, concorreu pelo conservador People Power Party com pautas de crítica ao feminismo e prometendo acabar com o Ministério da Igualdade de Gênero e da Família, pois não existiria mais discriminação de gênero. Nesse sentido, 58,7% dos homens na faixa dos 20 anos votaram em Yoon, assim como 52,8% dos homens na faixa dos 30 anos (Jung, 2025, p.01).

Nesse contexto, surgem ativismos feministas considerados radicais, como o *Escape the Corset* e o Movimento 4B, caracterizados pela recusa ao casamento e a práticas de relacionamentos heteronormativos amorosos (Lee, Jeong, 2021). O primeiro, prega a rejeição aos padrões de beleza femininos impostos pela sociedade (Lee, Jeon, 2021), empregando ações

como o não uso de maquiagem e peças de roupas femininas. Já o nome do “4B” faz referência a *bihon*, *bichulsan*, *biyeonae*, *bisekseu* (respectivamente, não a casamento, filhos, romance e relações heterossexuais), tendo sido iniciado pela rede social Twitter, pregando uma vida planejada de forma economicamente independente, de modo que a mulher seja a chefe da sua própria casa e não realize gastos financeiros exacerbados (Lee, Jeong, 2021).

Ambos os movimentos, e outras expressões que podem ser acompanhados pelas redes sociais, criticam as políticas pró-natalistas governamentais, inclusive os Planos Básicos. Há uma percepção de que as políticas tratariam as mulheres como “máquinas de filhos” e “objetos reprodutores” (Lee, Jeong, 2021). Uma das iniciativas governamentais que provocaram reações críticas foi a divulgação online de mapas (Mapas Nacionais de Nascimento) que mostravam o número de mulheres em idade fértil nas cidades, além disso, representante do KIHASA teria atribuído a culpa da baixa fecundidade ao não casamento de mulheres com homens de “níveis inferiores” (hipergamia) (Lee, Jeon, 2021).

Nesse contexto, se declarar feminista se tornou um posicionamento que gera fortes reações de desentendimento ou mesmo de ódio. Não apenas se autodeclarar feminista, mas exibir signos que foram atrelados ao feminismo por grupos conservadores. Destacam-se eventos como a onda de comentários de ódios nas redes sociais da arqueira e medalista olímpica An San, devido ao uso do seu cabelo curto (The Korea Herald, 2021) e o caso ocorrido na cidade de Jinju, quando um homem na faixa dos vinte anos atacou uma atendente de loja por ter cabelo curto e achar que ela seria uma feminista (Mackenzie, Mao, 2023).

Jung e Moon (2024) apontam então que algumas mulheres passaram a exercer um *quiet feminism*, definido como “uma prática feminista cotidiana e dotada de agência, realizada por pessoas que se identificam como feministas e mantêm um perfil discreto em ambientes protegidos, situados em contextos sociais pouco receptivos ao feminismo” (Jung, Moon, 2024, p.218). As autoras partiram de um estudo qualitativo, no qual entrevistaram universitárias sobre suas práticas diárias e várias das entrevistadas relataram não se sentirem à vontade em discutir ou defender pautas feministas em diversos ambientes. Constatou-se, assim, que muitas procuraram espaços ou criar espaços seguros em que poderiam discutir e praticar o feminismo, algumas até buscando primeiro fortificar suas identidades feministas antes de se engajarem em ações políticas concretas (Jung, Moon, 2024).

Dessa forma, vemos uma sociedade sul-coreana permeada por conflitos de gênero, presentes nas pautas políticas em disputa. O próprio ex-presidente e atual presidiário Yoon elegeu-se em 2021 com apoio dos jovens homens na faixa dos 20 a 30 anos, tendo como uma das principais pautas a destruição do Ministério da Igualdade de Gênero e da Família, o que foi

não capaz de realizar por motivos constitucionais, mas realizou o seu esvaziamento. Ao mesmo tempo, durante seu mandato esteve vigente o Quarto Plano Básic, cujo objetivo seria a criação de uma sociedade de harmonia entre as gerações e o enfrentamento a baixa fecundidade. Entende-se, então, que a obsolescência forçada do Ministério, assim como a escolha em focar na expansão das políticas familiares destoava da necessidade latente em desenvolver medidas com foco de gênero.

Por essa perspectiva, há de se considerar que parte considerável da população sul-coreana está escolhendo não ter filhos por fatores socioeconômicos interligados entre si. No meio disso, encontram-se as mulheres sul-coreanas que estão escolhendo não ter filhos especificamente enquanto um posicionamento político, que percebe que seus corpos são desrespeitados no dia a dia, suas oportunidades minadas e são objetificadas enquanto tendo valor apenas como esposas e mães. Em termos de políticas de enfrentamento a baixa natalidade, como as que foram abordadas nesse trabalho, seus direitos e bem-estar não são minimamente considerados.

Além disso, é fundamental frisar que, apesar do recorte de gênero escolhido para aprofundamento de análise do terceiro capítulo, de forma alguma é cabível concordar com alegações de que o feminismo seria causador da crise demográfica, especificamente da baixa taxa de natalidade e fecundidade. Esse apontamento se faz importante devido supostas falas nesse sentido que o ex-presidente Yoon proferiu durante seu período eleitoral (Jang, 2022), de ataque ao Ministério de Igualdade de Gênero e Família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu analisar os fatores multifacetados e interligados que propulsionam de alguma forma a crise da baixa fecundidade na Coreia do Sul, buscando ainda averiguar como o Plano Básico para a Baixa Fecundidade e Envelhecimento da Sociedade trata esses fatores. De um modo geral, é possível afirmar que os consecutivos planos, com destaque para os três primeiros, foram responsáveis pela consolidação do sistema de apoio à gestante e à gravidez, assim como gradual universalização do acesso às ECEC.

Quanto ao Quarto Plano, o foco se volta para a criação de uma sociedade harmoniosa e com possibilidades de crescimento para todas as gerações, estando talvez muito cedo para averiguar resultados, já que seu período de atuação foi de 2021 a 2025. Presume-se que o plano seja uma resposta às crescentes necessidades da sociedade sul-coreana advindas da crise demográfica, como a persistência da baixa fecundidade e a perspectiva acelerada de envelhecimento populacional, em uma sociedade com alto índice de pobreza entre os idosos. Também, outros desafios se fazem presentes e foram relacionados à crise, como a persistente desigualdade de gênero no mercado de trabalho e no âmbito doméstico.

Contudo, não foram alcançados os objetivos de aumentar a TFT, mesmo que hoje um efeito de *catching up* esteja sendo constatado, com um aumento no número de nascimentos em 2026 em relação aos anos anteriores. As políticas desenvolvidas e fortalecidas ao longo dos anos foram, em sua maioria, políticas de formação familiar nos moldes tradicionais da sociedade coreana, apesar de dados mostrarem um aumento simples em famílias monoparentais. Isso se deve a questões como a pouca aceitação social de filhos gerados fora de laços matrimoniais, levando a uma forte associação de ter filhos com o casamento, e ao não reconhecimento de casais LGBTQIA+ pelas leis sul-coreanas.

As políticas de transferência financeira se mostraram limitadas, principalmente por não acobertarem toda a vida da criança até se tornar adulta. Mesmo o cálculo de um equilíbrio ideal, a partir do modelo de Kim, Tertilt e Yum (2022), que mostra que um equilíbrio ideal entre abono infantil de USD 71 e uma taxa de 12% sobre a educação privada mostra que, o máximo crescimento possível na TFT é de 5,6%. A valorização da educação torna a época escolar extremamente competitiva para estudantes e seus pais, com destaque para suas mães, vistas como responsáveis pelo sucesso ou não dos filhos. O grande investimento que os pais fazem em escolas e cursinhos privados para seus filhos acontece em busca da aprovação em universidades de prestígio, vistas como meio de entrada para boas ocupações no mercado de trabalho.

Enfrentar a febre do “ticket dourado” (OCDE, 2025) implica em valorizar uma educação voltada para a vocação das crianças e para um aprendizado humano, para além da necessidade de adentrar certos espaços visando apenas o posicionamento no mercado de trabalho. Dessa forma, também implica no desenvolvimento de um mercado de trabalho mais igualitário e estável, de modo que existam mais chances de se trabalhar com áreas da sua formação e em empregos estáveis e com seguridade social.

A associação de ter filhos ao casamento e o casamento a possuir uma casa própria, assim como a valorização da educação como porta de entrada bem-sucedida para o mercado de trabalho são questões relacionadas às engrenagens sociais da Coreia do Sul. Nesse mesmo sentido, é o descompasso entre manutenção de papéis de gênero e desenvolvimento econômico, ocorrido de forma acelerada desde os anos 1980. Mesmo com o acesso de mulheres ao ensino superior e ao mercado de trabalho, ainda se espera que esta seja a maior responsável pelas atividades domésticas e criação dos filhos, levando a uma grande carga de trabalho não remunerado e não reconhecido, que impulsionam as mulheres a se afastarem dos seus empregos quando tem filhos.

Como foi discutido, Hwang e Yoo (2025) afirmam que a penalidade materna se inicia antes mesmo do nascimento dos filhos e pode chegar até 41% dos seus ganhos. Além disso, é comum na sociedade sul-coreana que as mulheres se afastem do mercado de trabalho para a criação dos filhos. Conforme o próprio Quarto Plano (Coreia do Sul, 2021, p. 140), “Mulheres que interrompem a carreira enfrentam um longo período (média de 7,8 anos) para retornar ao mercado de trabalho; ao retornarem, frequentemente assumem empregos de subsistência, o que resulta em um declínio acentuado de sua posição no mercado de trabalho”.

Em consonância, com dados advindos do Ministério da Igualdade de Gênero e Família (*apud* Coreia do Sul, 2021, p.140), há uma diminuição de cerca de 270 mil won do emprego pós interrupção em relação ao emprego que possuíam previamente, além de ser mais comum que retornem em trabalhos temporários e em pequenas empresas. Para aquelas que preferem permanecer no mercado de trabalho e desenvolver suas carreiras, as alternativas são tirar licença maternidade, que se verificou ao longo do trabalho um aumento no número de pessoas que utilizam desse direito, porém, mulheres sujeitas a empregos irregulares podem ainda não ter acesso a essa garantia de forma plena.

A decisão de se afastar do mercado de trabalho torna-se atraente diante do cenário em que o salário da mulher normalmente é menor que o do seu marido, considerando os custos de contratação de serviços de cuidado, é mais vantajoso que esta fique em casa. Medidas de transferências diretas, como as desenvolvidas pelos Planos Básicos, acabam por incentivar esse

tipo de decisão quando o salário da mãe não apresenta vantagens suficientes para que se mantenha laço empregatício. A desvantagem é a não participação feminina nas forças de trabalho, assim como sua não independência financeira, levando ao que alguns chamam de “greve de nascimentos” (*birth strike*).

Essa é uma das facetas da decisão ou não de ter filhos por a partir de escolhas racionais, mas um outro argumento tem surgido: a escolha política por não ter filhos. Os conflitos de gênero, agravados nas últimas décadas, promoveu a discussão sobre o patriarcado sul-coreano em fóruns feministas, levando ao desenvolvimento de movimentos que, dentre outras propostas, se negam a participar da ordem de reprodução que apenas trazem desvantagens às mulheres e reproduzem estruturas de dominação. Os movimentos 4B ou *Escape the Corset* se diferenciam, por exemplo, das gerações *Sampo* (e variações) devido a essa escolha de cunho ativista, enquanto as gerações de desistência envolvem homens e mulheres que não tem perspectivas econômicas de atingirem certos patamares sociais do curso de vida.

Nesse sentido, conforme Silva (2025), indica-se como conquistas importantes em busca da igualdade de gênero a institucionalização das lutas femininas a partir da criação do Ministério da Igualdade de Gênero (2001) e a abolição do sistema *hoju* (2005). Porém, esse período teve também tem como reação o desenvolvimento de comunidades conservadoras que passam a agir através da internet, movimentos reacionários às conquistas e movimentações femininas, relacionados ainda a crise de masculinidade. Isso acontece devido à decadência do modelo de um homem chefe e provedor da família, cujo colapso acontece principalmente desde a Crise Asiática na economia em 1997, quando da precarização do regime trabalhista no país.

Segundo Jung (2025) e Silva (2025), grupos conservadores masculinos, principalmente de homens na casa dos vinte anos (*idaenam*), passaram a propagar a ideologia de que a igualdade de gênero já foi alcançada e agora o que acontece são medidas de discriminação reversa, como sistemas de cotas femininas e a não obrigatoriedade do serviço militar para as mulheres. Essas pessoas demandam o desmantelamento do Ministério da Igualdade de Gênero e da Família e propulsionam a eleição de figuras conservadoras, como o ex-presidente Yoon, ademais, engajam em atividades misóginas como perseguição online de figuras que associam ao feminismo.

O que se verifica, por fim, é a necessidade de mudanças estruturais na sociedade sul-coreana quanto ao seu regime trabalhista e às divisões tradicionais por gênero das tarefas de cuidado, ou seja, uma alteração no modo como a sociedade produz e reproduz trabalho. Porém, essas alterações visam a eliminação do dualismo do mercado de trabalho e a promoção de uma igualdade de gênero nos âmbitos públicos e privados, não em busca direcionada ao aumento da

TFT, mas por serem medidas importantes para as pessoas possam viver em sociedade de forma justa. A partir da análise da literatura, que aponta os principais fatores relacionados à baixa natalidade, é fundamental que as pessoas, principalmente os jovens adultos sintam-se confortáveis para desejar uma família, assim como possam arcar com uma criação apropriada para as crianças e que não sejam prejudicados em suas carreias, nas quais investiram tempo e recursos.

Conclui-se este trabalho com o entendimento de que o modelo de desenvolvimento sul-coreano, em consonância com as políticas estatais de controle de natalidade, ainda no século XX, contribuíram para o surgimento de um regime trabalhista exaustivo e incompatível com as demandas cotidianas da população, se tornando então insustentável. O desenvolvimento econômico pode ter sido um processo acelerado, em comparação a outros países, mas não foi acompanhado por mudanças nos valores sociais quanto aos papéis de gênero, assim, em vista da múltipla jornada de trabalhos e tarefas domésticas, uma parcela das mulheres exerce sua agência na escolha de não ter filhos – seja para manter sua independência financeira, seja para não reproduzir estruturas opressoras patriarcais.

Contudo, o desenvolvimento de medidas governamentais que impulsionem uma maior igualdade de gênero se torna difícil frente a um cenário de crescente divergência de demandas e expectativas entre os gêneros. Essa conjuntura – inclusive, global e não apenas sul-coreana - é apropriada por campanhas políticas e ocupantes de cargos governamentais para alimentar uma ideia de que os valores vistos como tradicionais estão em risco. Ou ainda, como é possível averiguar no caso do ex-presidente Yoon, apoiar e divulgar ideologias que pregam que a igualdade de gênero já foi alcançada e agora são os homens que sofrem preconceito devido as políticas afirmativas para mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOI, Seon-young *et al.* 가족형성의 지역적 조건과 초저출산에 대한 함의. [Tradução em PT-BR: Condições regionais de formação familiar e implicações para taxas de natalidade extremamente baixas]. Sejong: Instituto de Saúde e Assuntos Sociais da Coreia (KIHASA), 2025. (Relatório de Investigação, n. 2025-34). DOI: <https://doi.org/10.23060/kihasa.a.2025.34>

CHOI, Sunyong *et al.* **Women's employment and fertility in Korea: a literature review**. Paris: OECD Publishing, 2024,. (OECD Economics Department Working Papers, n. 1825). Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1787/ac53879e-en>. Acesso em: 10 jun. 2026.

COREIA DO SUL. **Committee on Low Birthrate and Aging Society**. 함께 일하고 함께 돌보는 사회: 제4차 저출산 고령사회 기본계획 [The 4th Basic Plan for Low Birthrate and Aging Society (2021–2025): a society that works and cares together]. Seul: [s. n.], 2021.

GOLDIN, Claudia. **The Downside of Fertility**. NBER Working Paper No. w34268, September 2025. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=5515867>.

JANG, Bo-ram. Yoon Suk-yeol needs to change the way South Korea treats women. **Amnesty International**, 11 mai 2022. Disponível em : <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/05/yoon-suk-yeol-needs-to-change-the-way-south-korea-treats-women/>. Acesso em 25 jun. 2026.

JEONG, Kyuhyoung *et al.* The Relationship between changes in Korean fertility rate and policies to encourage fertility. **BMC Public Health**, v. 22, n. 2298, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-022-14722-4>. Acesso em 04 jun. 2026.

JUNG, Ha Won. Women in South Korea Are on Strike Against Being ‘Baby-Making Machines’. **The New York Times**, 27 jan. 2023 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/01/27/opinion/south-korea-fertility-rate-feminism.html>. Acesso em 15 jun. 2026.

JUNG, Kyungja. “Gender wars” and populist politics in South Korea. **Women's Studies International Forum**, [s. l.], v. 104, 102915, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2024.102915>. Acesso em: 15 jun. 2026.

KANG, Gahui. **No. of births in 2025 breaks 15-year high at 254,500: data**. Korea Net, 26 fev. 2026. Disponível em: <https://www.korea.net/NewsFocus/Society/view?articleId=288047> Acesso em 29 abr. 2026.

JUNG, Gowoon; MOON, Minyoung. “I Am A Feminist, But . . .” Practicing Quiet Feminism in the Era of Everyday Backlash in South Korea. **Gender & Society**, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 216-243, abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/08912432241230557>. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/08912432241230557>. Acesso em: 30 jun. 2026.

KIM, Anna; HAHN, Youjin. The motherhood effect on labour market outcomes: evidence from South Korea. **Asian-Pacific Economic Literature**, [s. l.], v. 36, n. 2, p. 71-88, 2022. DOI: 10.1111/apel.12363. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/apel.12363>. Acesso em: 15 jun. 2026.

KIM, Eun Jung. Yoon calls low birth rate a ‘national emergency’. **Yonhap News Agency**, 22 de maio de 2024. Disponível em: <https://en.yna.co.kr/view/AEN20240522005200315>. Acesso em 26 jun. 2026.

KIM, Jimin. **Misogyny and gender conflicts in South Korea**. *Communications in Humanities Research* 44(1):19-28. DOI:[10.54254/2753-7064/44/20240118](https://doi.org/10.54254/2753-7064/44/20240118)

KIM, Seongeun, Michèle Tertilt, and Minchul Yum. 2024. Status Externalities in Education and Low Birth Rates in Korea. **American Economic Review**, vol. 114, n.6, p. 1 - 65. DOI: 10.1257/aer.20220583. Disponível em: https://tertilt.vwl.uni-mannheim.de/research/KTY_April2022.pdf.

KOH, Ewe. South Korea military shrinks by 20% due to low birthrate. BBC, 11 ago, 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/c79llljy4qeo>. Acesso em 30. Jun 2026.

KOREA INSTITUTE FOR HEALTH AND SOCIAL AFFAIRS (KIHASA). **2019 Annual Report**. Sejong City: KIHASA, 2020.

KWAK, Kyung-Hwan; et al. Inter- and intra-city comparisons of PM2.5 concentration changes under COVID-19 social distancing in seven major cities of South Korea. **Air Quality, Atmosphere & Health**, [s. l.], v. 14, n. 8, p. 1155-1168, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11869-021-01006-w>. Acesso em: 22 jun. 2026.

LAPLANE, Mariano; FERREIRA, Adriana; BORGHI, Roberto. Padrões de crescimento, investimento e processos inovadores: o caso da Coreia do Sul. In.: **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia**, vol.2. Brasília: Centro de gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

LEE, Haerin. Yoon's low birthrate policies unwelcomed by citizens. **The Korea Times**, Seul, 21 jun. 2024. Disponível em: <https://www.koreatimes.co.kr/southkorea/society/20240621/yoons-low-birthrate-policies-unwelcomed-by-citizens>. Acesso em: 15 jun. 2026.

LEE, Jeong-Kyu. Educational Fever and South Korean Higher Education. **Revista Electronica de Investigacion y Educativa**, [s. l.], v. 8, n. 1, 2006. Disponível em: <http://redie.uabc.mx/vol8no1/contents-lee2.html>. Acesso em: 21 maio 2026.

LEE, Jieun; JEONG, Euisol. The 4B movement: envisioning a feminist future with/in a non-reproductive future in Korea. **Journal of Gender Studies**, [s. l.], v. 30, n. 5, p. 633-644, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09589236.2021.1929097> Acesso em: 03 jun. 2026

LIM, Jae Seong. **Women earn one-third less than men in temporary jobs**. **The Korea Herald**, 2 dez 2025. Disponível em: <https://www.koreaherald.com/article/10627933>. Acesso em 16 jun. 2026.

MACKENZIE, Jean; MAO, Frances. South Korean man attacks shop clerk he thought was a feminist. BBC, 6 nov. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-67330628>. Acesso em 30 jun. 2026.

MOREIRA, Uallace; BASTOS, Pedro Paulo. Desenvolvimento convidado ou projetado? Dependência, estado e capital nacional no desenvolvimento capitalista na Coreia do Sul. **Revista de Economia Contemporânea**, 2023, n. 27, p. 1-37. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/62028>. Acesso em 28 abr. 2026.

OECD DATA. **Fertility rates**. Disponível em: <https://data.oecd.org/pop/fertility-rates.htm>. Acesso em 26 mai. 2024.

OCDE. **Economic Surveys: Korea 2024**. OECD Publishings, Paris, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.1787/c243e16a-en>.

OCDE. **Education at a Glance 2025: Country Notes – Korea**. Paris: OECD, 2025. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/09/education-at-a-glance-2025-country-notes_9749f4ff/korea_2b3410a2/252c9ed2-en.pdf. Acesso em: 16 jun. 2026.

OCDE. **Employment and Skills Strategies in Korea**. Paris: OECD Publishing, 2014 (OECD Reviews on Local Job Creation). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264216563-en>.

OCDE. **Pensions at a Glance 2023**: OECD and G20 Indicators. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/678055dd-en>.

OCDE. **Rejuvenating Korea: Policies for a changing society**. OECD publishing, 2019.

OCDE. **OECD Regions and Cities at a Glance 2024**. OECD Publishing, Paris, 2024 <https://doi.org/10.1787/f42db3bf-en>. Acesso em 09 jul. 2026.

PARK, Soyoung. **From Decline to Recovery?: A Causal Analysis of Incheon's Comprehensive Fertility Incentive Program**. Seoul: Yonsei University, 2025.

PATTERSON, Louise; WALCUTT, Brandon. Explanations for continued gender discrimination in South Korean workplaces. **Asia Pacific Business Review**, London, v. 20, n. 1, p. 18-41, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13602381.2013.818805>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13602381.2013.818805>. Acesso em: 30 jun. 2026.

SHIN, Jihye. **Over 4,000 closed schools nationwide, 82 left unused for 30 years**. **The Korea Herald**, 28 dez. 2025. Disponível em: <https://www.koreaherald.com/article/10644602>. Acesso em 22 mai. 2026.

SILVA, Amanda de Moraes. **Coreia do Sul e o movimento feminista: a 'Anti-discrimination Bill' em diálogo com os Direitos Humanos**. 2025. 155 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2025.

STATISTICS KOREA **Total Fertility Rates and Age-Specific Fertility Rates for city, county, and district**. Atualizado em 27 ago. 2025. Disponível em: https://kosis.kr/statHtml/statHtml.do?sso=ok&returnurl=https%3A%2F%2Fkosis.kr%3A443%2FstatHtml%2FstatHtml.do%3Flist_id%3DA21%26obj_var_id%3D%26seqNo%3D%26tblId%3DDDT_1B81A17%26vw_cd%3DDMT_ETITLE%26language%3Den%26orgId%3D101%26path%3D%252Feng%252FstatisticsList%252FstatisticsListIndex.do%26conn_path%3DMT_ETITLE%26itm_id%3D%26lang_mode%3Den%26scrId%3D%26. Acesso em 22 jun. 2026.

STATISTICS KORA. **Vital Statistics**. Data Updated on: 2026-03-19. https://kosis.kr/statHtml/statHtml.do?sso=ok&returnurl=https%3A%2F%2Fkosis.kr%3A443%2FstatHtml%2FstatHtml.do%3Flist_id%3DA2_6%26obj_var_id%3D%26seqNo%3D%26t

[bllId%3DDDT_1B8000F%26vw_cd%3DMT_ETITLE%26language%3Den%26orgId%3D101%26path%3D%252Feng%252FstatisticsList%252FstatisticsListIndex.do%26conn_path%3D%26MT_ETITLE%26itm_id%3D%26lang_mode%3Den%26scrId%3D%26](https://kosis.kr/statHtml/statHtml.do?sso=ok&returnurl=https%3A%2F%2Fkosis.kr%3A443%2FstatHtml%2FstatHtml.do%3Flist_id%3DB15%26obj_var_id%3D%26seqNo%3D%26tblId%3DDDT_1B8000F%26vw_cd%3DMT_ETITLE%26language%3Den%26orgId%3D101%26path%3D%252Feng%252FstatisticsList%252FstatisticsListIndex.do%26conn_path%3D%26MT_ETITLE%26itm_id%3D%26lang_mode%3Den%26scrId%3D%26) Acesso em 10 jun. 2026.

STATISTICS KORA. **Unemployment rate by gender/ age group.** Atualização em 11 jun. 2026. Disponível em:

https://kosis.kr/statHtml/statHtml.do?sso=ok&returnurl=https%3A%2F%2Fkosis.kr%3A443%2FstatHtml%2FstatHtml.do%3Flist_id%3DB15%26obj_var_id%3D%26seqNo%3D%26tblId%3DDDT_1DA7102S%26vw_cd%3DMT_ETITLE%26language%3Den%26orgId%3D101%26path%3D%252Feng%252FstatisticsList%252FstatisticsListIndex.do%26conn_path%3D%26MT_ETITLE%26itm_id%3D%26lang_mode%3Den%26scrId%3D%26. Acesso em 12 jun. 2026.

SONG, Chi Seon; LIM, Yeon Gyu; PARK, Song Yi. Statistical Handbook: Women in Korea 2020. Korean Women's Development Institute, Korea, 2020.

THE KOREA HERALD. Lawmakers condemn misogynistic attacks on Olympic archer. 30 jul, 2021. Disponível em: <https://www.koreaherald.com/article/2662687>. Acesso em: 30 jun. 2026.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da SOCERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007.

NAÇÕES UNIDAS. **World Population Prospects 2024: Methodology of the United Nations population estimates and projections.** Department of Economic and Social Affairs, Population Division. UN DESA/POP/2024/DC/NO. 10 jul 2026.

NAÇÕES UNIDAS. **World Fertility 2024.** UN DESA/POP/2024/TR/NO.11. New York: United Nations, 2025. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/undesa_pd_2025_wfr_2024_final.pdf. Acesso em 27 abr. 2026.

WANG, Jisoo; YOO, Inkyung. The Motherhood Effect on Earnings amid Declining Fertility: Evidence from Korea. Berlin: ROCKWOOL Foundation Berlin – Institute for the Economy and the Future of Work, 2025. (RFBerlin Discussion Paper Series, n. 57/25). Disponível em: <https://www.rfberlin.com/discussion-papers>. Acesso em: 15 jun. 2026

YO, Whan-woo. National pension subscribers to pay more, receive more under first reform in 18 years. **The Korea Times**, 20 mar. 2025. Disponível em: <https://www.koreatimes.co.kr/business/banking-finance/20250320/national-pension-subscribers-to-pay-more-receive-more-under-first-reform-in-18-years>. Acesso em 25 jun. 2026.

YOO, Sam Hyun; SOBOTKA, Tomáš. Ultra-low fertility in South Korea: The role of the tempo effect,. **Demographic Research**, [s. l.], v. 38, art. 22, p. 549-576, 14 fev. 2018. DOI: 10.4054/DemRes.2018.38.22. Disponível em: <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol38/22/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

YOO, Samhyun. Total number of births shrinking faster than fertility rates: fertility quantum decline and shrinking generation size in South Korea. **Asian Population Studies**, 26 de mar. 2022. DOI: 10.1080/17441730.2022.2054090.

YUN, Jungha *et al.* Birth Rate Transition in the Republic of Korea: Trends and Prospects. **Journal of Korean Medical Science**, Seul, v. 37, n. 39, e304, out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.3346/jkms.2022.37.e304>. Disponível em: <https://jkms.org>. Acesso em: 21 maio 2026.